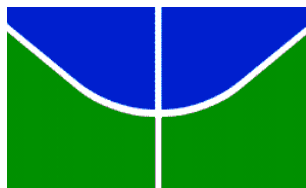


Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

ENREDADAS CONTRA A FOME
As redes dos movimentos sociais na aprovação do
auxílio emergencial em dobro para mulheres chefes
de famílias monoparentais

Mariana Miranda Tavares

Brasília – DF
Setembro/2022



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

**ENREDADAS CONTRA A FOME: as redes
dos movimentos sociais na aprovação do auxílio
emergencial em dobro para mulheres chefes de
famílias monoparentais**

Mariana Miranda Tavares

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob orientação da professora Rebecca Neaera Abers.

Brasília – DF

Mariana Miranda Tavares

**Enredadas contra a fome: as redes dos movimentos sociais na aprovação do auxílio
emergencial em dobro para mulheres chefes de famílias monoparentais**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de
Ciência Política da Universidade de Brasília da aluna Mariana Miranda Tavares

Professora PhD Rebecca Neaera Abers

Professora-Orientadora

Professora Doutora Débora Rezende de Almeida

Parecerista

Brasília, 02 de setembro de 2022

Ao meu avô e primeiro professor de Política,
Luiz Barbosa de Miranda (*in memoriam*), aos
meus pais, meu irmão e à Regina pelo amor e
paciência.

AGRADECIMENTOS

Há quatro anos encarei o desafio de uma nova graduação. O retorno à UnB após 20 anos foi um resgate da política que aprendi na sala dos meus avós, Luiz e Osima, em Demerval Lobão no Piauí. O meu avô debatia a política que minha avó fazia tão bem. A seriedade e o sorriso, o conhecimento e a alma, o olhar do outro e o olhar para o outro, como um constante fazer político. Ambos se foram sem me ver formada naquilo que ele tanto gostava de debater, mas agradeço ao vovô Luiz e vovOsima a volta do brilho no olhar.

Agradeço ao meu pai, o jornalista político que me fez querer entender esse mundo; à minha mãe, a professora ativista das greves que me levou nas minhas primeiras manifestações políticas (incluindo caras pintadas); e ao meu irmão com quem aprendi a fazer política desde sempre e que delação nem sempre é premiada. Agradeço à minha avó Ana pelas várias aulas da política de antigamente e por insistir que ajudar o próximo não pode ser corrupção. Talvez você esteja certa, vó! Agradeço à Regina, minha companheira de vida, meu Amor, que com sua paciência, amor e vontade de me ver bem aceitou as madrugadas em claro, fins de semana abandonados, viagens adiadas e as farras com colegas. Essa monografia é sua também!

Agradeço aos meus colegas de curso e especialmente àqueles que mais do que colegas viraram amigos e me deixam um pouco de cada um. A maravilhosa Thaís e essa infinita vontade de viver e o Matheus Freitas, meu presidente livre e pleno (ou seria livres?!), foram meus escolhidos para representar aqui todos vocês que estiveram comigo no caminho. E também aos meus colegas de trabalho e em especial ao meu chefe e amigo Airton pelos ensinamentos e pelo tempo compartilhado entre trabalho e universidade.

Agradeço à direção e equipe do IPOL e a todas as professoras e professores que tornaram esses anos únicos. Em especial, agradeço à Danusa Marques, suas aulas ensinam a ir além; à Flávia Biroli, por ensinar que, nós mulheres, não precisamos da culpa eterna – todas deveriam ter o direito à sua aula de gênero e política; à Débora Rezende, por me ensinar a não ter medo das minhas dúvidas. E mais ainda, agradeço à minha orientadora, Rebecca Abers, não apenas pela orientação – que sinceramente não vejo como poderia ser melhor – mas pelo cuidado, pela atenção, pelo aprendizado compartilhado em cada palavra, em cada marcação e em cada dúvida. Você me ensinou a olhar a união, as relações, a luta e a participação de um jeito único. E resgatou a coragem para mudar e rever ideias. E quando eu achei que você já tinha me ensinado tanto, você me mostrou que eu posso mudar tudo sem mudar quase nada, só com a forma e a palavra certa, de novo e sempre, muito obrigada!

O que esses anos e cada um aqui me ensinou é para a vida! Muito obrigada!

*“...A gente não quer só comida
A gente quer saída para qualquer parte...
A gente não quer só dinheiro.
A gente quer inteiro e não pela metade...”*

(Composição de Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto / Interpretação: Titãs)

RESUMO

A pandemia de Covid-19 acentuou desigualdades, ampliou a crise do cuidado e aumentou o trabalho doméstico. Uma realidade mais crítica para as mulheres, em especial as negras e pobres, vítimas de opressões interseccionais de gênero, raça e classe. Nesse grupo estão boa parte das mais de 11 milhões de mulheres chefes de famílias monoparentais, que não contam com o apoio de cônjuges. Nesse contexto, movimentos feministas e de mulheres atuaram para visibilizar essas mulheres e suas especificidades. Essa monografia propõe estudar como esses movimentos influenciaram o Congresso Nacional na proposição, discussão e aprovação do auxílio emergencial em dobro para famílias monoparentais chefiadas por mulheres. A pesquisa envolveu análise documental, entrevistas semiestruturadas com ativistas e revelou que os movimentos foram essenciais, mesmo sem estarem presentes diretamente nas negociações, para garantir renda e visibilidade à realidade dessas mulheres. O que amplia o debate sobre o papel das redes de movimentos feministas na estruturação de políticas públicas para elas com novos repertórios de interação Estado-sociedade.

Palavras-chave: movimentos sociais, Covid-19, mães solo, movimentos feministas, gênero.

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic has accentuated inequalities, expanded the crisis of caregiving, and increased domestic work. A more critical reality for women, especially black and poor women, victims of intersectional gender, race, and class oppressions, in the idea of intersectionality. In this group, we find a good part of the more than 11 million who are heads of single-parent families, who do not have the support of their partners. In this situation, feminist and women's movements have acted to give visibility to these women and their particularities. This monograph proposes to study how these movements influenced the Brazilian National Congress in the conception, discussion, and approval of the double income emergency benefit for single-parent families headed by women. The research involved document analysis, semi structured interviews with activists and showed that the movements were essential, even without being directly present in the negotiations, to provide income and visibility to the reality of these women. This broadens the debate about the role of networks of feminist movements in structuring public policies for them with new repertoires of state-society interaction.

Keywords: social movements, Covid-19, lone mothers, gender, feminist movements.

LISTA DE FIGURAS

Tabela 1 - Quadro de materiais coletados e pesquisa	18
Gráfico 1 - Trabalhadores por vínculo de 2012 a 2020.....	20
Gráfico 2 - Arranjos Familiares no Brasil	21
Gráfico 3 - Renda Familiar per capita por arranjo familiar.....	21
Figura 1 - Post AMB 8 de março de 2020	24
Figura 2 - Post AMB Renda Básica	24
Figura 3 - Matéria custos Covid-19	32
Figura 4 - Matéria fila represada Bolsa Família	32
Figura 5 - Capa Folha de São Paulo com primeiro caso Covid-19	32
Figura 6 - Matéria apreensão mercados	32
Figura 7 - Barra mostra que campanha nasceu após proposta do governo e torna-se vitoriosa	36
Figura 8 - Tweet de Bruno Sartori ironiza Bolsonaro chamando para campanha	38
Figura 9 - Tweet jornalista do UOL sobre reportagem com famosos apoiadores da ação	38
Figura 10 - Postagem vereadora Laura Sito (PT de Porto Alegre)	42
Figura 11 - Post perfil Minha Sampa para pressionar parlamentares e citam no texto paulistas	42
Figura 12 - Quadro 1 dos grupos, organizações, redes e movimentos que assinam a campanha	49
Figura 13 - Quadro 2 dos grupos, organizações, redes e movimentos que assinam a campanha	49
Figura 14 - Post do grupo Feministas anticapitalistas	51
Figura 15 - Post Inesc para divulgar a ação	51
Figura 16 - Perfil bray_haw com projeção do grupo ativista Projecemos	51
Figura 17 - Matéria do site da Revista Crescer usa o termo mães solo	53
Figura 18 - Matéria da Folha de São Paula usa mães responsáveis pelo sustento da família	53

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Unidades da Federação

AM	Amazonas
CE	Ceará
DF	Distrito Federal
ES	Espírito Santo
GO	Goiás
MG	Minas Gerais
PR	Paraná
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SE	Sergipe
SP	São Paulo
TO	Tocantins

Partidos

DEM	Partido Democratas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrata Trabalhista
PL	Partido Liberal
PP	Partido Progressistas
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores

Outros

AMB	Articulação das Mulheres Brasileiras
CadUnico	Cadastro único
Covid-19	Nome da doença causada pelo coronavírus SARS-COV 2
CRAS	Conselho(s) Regional(is) de Assistência Social
Dep.	Abreviação de Deputado ou Deputada
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EMP	Emenda de Plenário
ESPII	Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Urbano
Inesc	Instituto de Estudos Socioeconômicos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIA+	Sigla para o Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Pessoas Queer, Intersexo, Pessoas Assexuadas e a infinidade de possibilidades de diversidade sexual
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
ONU Mulheres	Agência da Organização Nacional das Nações Unidas para Mulheres
PIBIC	Programa de Iniciação Científica
PL 1066/2020	Projeto de Lei número 1.066 de 2020
PL 9236/17	Projeto de Lei número 9.236 de 2017
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio
RBRB	Rede Brasileira de Renda Básica
Sen.	Abreviação de Senador ou Senadora
SOF	Sempreviva Organização Feminista
UnB	Universidade de Brasília
Uneafro	União de Núcleos para Educação Popular de Negras/os
Unicamp	Universidade de Campinas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 METODOLOGIA	16
3 INTERSECCIONALIDADES, A CRISE DO CUIDADO E IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO: PANDEMIA DE COVID-19 E MULHERES CHEFES DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS	19
3.1 Interseccionalidade e crise do cuidado: o machismo, o racismo e o neoliberalismo na pandemia	22
3.2 Conservadorismo e responsabilização familiar: o impacto na pandemia da política bolsonarista para as mulheres	23
4 REDES, MOVIMENTOS SOCIAIS E PROCESSO LEGISLATIVO: BREVE REVISÃO DA LITERATURA	25
4.1 Infraestrutura: engrenagens que possibilitam a ação coletiva	27
4.2 Movimentos Sociais e Poder Legislativo - uma agenda de pesquisa em construção	29
5 A RENDA BÁSICA VIROU AUXÍLIO EMERGENCIAL: O PROCESSO DE APROVAÇÃO E A INCLUSÃO DO AUXÍLIO EM DOBRO PARA MULHERES CHEFES DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS	31
5.1 Auxílio-emergencial: movimentos sociais e a formação da agenda	36
5.2 Tramitação e deliberação - Sem participação pública, sem comissões, mas com a voz dos movimentos sociais replicada	39
6 MOVIMENTOS SOCIAIS E ATUAÇÃO EM REDES: A IMPORTÂNCIA DESSE MODELO NO DEBATE LEGISLATIVO CONTRA A FOME NA PANDEMIA	47
6.1 As redes, os movimentos sociais e a coalizão Renda Básica que Queremos	48
6.2 As redes como infraestrutura da campanha	51
6.2.1 Redes como infraestrutura para agilizar a disseminação das mensagens	51
6.2.2 Múltiplas filiações e a adaptação de linguagem	52
6.2.3 Múltiplas filiações e as pontes de interação com outros atores	54
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
APÊNDICE A – Questionário das entrevistas semiestruturadas	63
APÊNDICE B - Termo de consentimento para entrevistas	66
ANEXO A - Emenda de Plenário 1/2020 - Autoria Fernanda Melchionna (PSOL/RS)	67

1 INTRODUÇÃO

Minha mãe era aquela que largava tudo para ajudar o próximo... Ela sempre cuidou muito bem do meu irmão, com amor e dedicação que eu nunca vi nada na vida. Acho que minha mãe é um exemplo de mãe e guerreira. Ela se foi, mas cumpriu o papel dela aqui.

(Thais Aparecida da Silva, filha de Rosana Aparecida Urbano, primeira vítima da Covid-19 no Brasil¹)

Mulher, pobre, diarista, moradora da periferia de São Paulo, mãe e cuidadora do filho com deficiência e epilepsia, Rosana Aparecida Urbano foi a primeira brasileira vítima da Covid-19. Ela morreu em 12 de março de 2020, um dia depois da Organização Mundial de Saúde (OMS) decretar a pandemia – 11 de março de 2020. Naquele momento, o Brasil tinha 52 casos confirmados. Até o dia 2 de setembro de 2022, eram mais de 34 milhões de casos e mais de 684 mil pessoas que morreram de Covid-19, segundo dados do Ministério da Saúde².

Pesquisa divulgada pela Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares (Fev/2021) revelou desigualdade de renda, cor/raça, escolaridade e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na testagem, letalidade e óbito de Covid-19. A pandemia foi mais grave para mais pobres, de baixa escolaridade e regiões periféricas. Para Scalon (2011, pp. 50-52), as desigualdades vão além da renda, é uma questão de construção social, intrínseca a contextos mais complexos, que interfere no exercício da cidadania ao impedir o uso pleno das capacidades sociais. Essas desigualdades tornam mais vulneráveis as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, que pelo relatório Arranjos familiares no Brasil³ do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), são 16,3% das famílias do país que possuem menor renda per capita.

Entre as ações de movimentos sociais na pandemia está a campanha Renda Básica que Queremos, que buscou colocar o debate do auxílio emergencial na agenda política. A aprovação dessa renda emergencial incluiu o pagamento em dobro a mulheres chefes de famílias monoparentais, também chamadas de mães solo, mobilizando redes de atores na defesa dos direitos delas, ampliando o alcance e impacto de movimentos feministas e de mulheres. A proposta deste trabalho de conclusão de curso é debater o papel dessas redes, nos moldes propostos por Diani e Bison (2010), nessa aprovação. Diante do conflito observado no embate entre a necessidade de reduzir a circulação do vírus e garantir sustento a essas mulheres na pandemia, a pergunta que aqui se quer responder como movimentos feministas e de mulheres

¹ Depoimento ao Jornal Hoje da Rede Globo em agosto de 2020, acessado em 22/08/2022 no link:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/19/filha-da-primeira-vitima-de-covid-no-brasil-perdeu-os-avos-e-dois-tios-com-a-doenca-apos-a-morte-da-mae.ghtml>

² Dados coletados no site Coronavírus Brasil acessível no endereço: <https://covid.saude.gov.br/>

³ Relatório Arranjos familiares no Brasil - Secretaria Nacional da Família do MMFDH, acessado em 23/08/2022: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/ArranjosFamiliares.pdf>

utilizaram suas redes na campanha Renda Básica que Queremos para viabilizar o auxílio em dobro para elas?

Entender movimentos como redes possibilita avançar nas ligações entre os diversos atores e como essas podem ser fundamentais desde a construção da agenda (CARONE, 2018), até a compreensão e delimitação do problema, das soluções possíveis e a própria atuação dos movimentos de modo mais amplo no contexto de uma campanha (CARLOS, DOWBOR e ALBUQUERQUE, 2021, pp. 1-3). As redes se consolidam e se fortalecem pelas múltiplas filiações (MISCHE, 1997; JASPER, 2016; ABERS, SILVA E TATAGIBA, 2018), nas quais movimentos feministas e de mulheres, participantes também de movimentos negros, de movimentos de renda, e integrantes da academia, se inserem no debate da renda básica emergencial e de um auxílio em dobro a essas mulheres mães solo. A análise das redes, mais do que olhar como estas redes se estruturam, é também um olhar sobre como o ciclo de formulação da política pública possibilita e incorpora a atuação e interação dessas redes no processo, como apontam Carlos, Dowbor e Albuquerque (2021). Isso se dá pela interação por repertórios institucionalizados nessa relação Estado-Sociedade como apontam Abers, Serafim e Tatagiba (2014). E que segundo Carone (2018, p.183) podem ser observados nos movimentos feministas mesmo antes da Constituição de 1988

A Covid-19 restringiu a circulação de pessoas, aumentou internações e óbitos e gerou impacto muito além da saúde. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

...a conjuntura predominantemente desfavorável para o crescimento econômico e para a demanda das famílias, sobretudo, após 2014, que já havia trazido impactos negativos para o mercado de trabalho brasileiro, agravou-se excepcionalmente no ano 2020, o que foi percebido na maior parte dos indicadores analisados.

Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2021, p.16).

Para Esther Dweck (2021, pp. 242-243) o aprofundamento das políticas neoliberais no governo Bolsonaro provocou um desmonte institucional no primeiro ano de mandato e uma ruptura do pacto social da Constituição de 1988, o que afetou a resposta à crise gerada pelo coronavírus. Segundo Abers e von Bülow (2020, pp. 2-3; 10), nessa realidade os problemas sociais do país tendem a tornar mais difícil o atendimento aos mais necessitados, como nas periferias urbanas, em especial em uma realidade na qual o Estado não se faz presente como deve e se distancia da sociedade civil na busca de soluções a um problema complexo.

Organizações não-governamentais, coletivos, grupos religiosos, movimentos sociais, associações e outros se mobilizaram para propor apoio, informações e soluções emergenciais à crise. O grupo de pesquisa Resocie, vinculado ao Instituto de Ciência Política da Universidade

de Brasília, mapeou algumas delas, catalogando no Repositório Mobiliza Covid⁴ mais de 365 ações que envolvem desde doação de alimentos até petições ao parlamento, *lives* e ativismo digital. Outros levantamentos foram feitos em universidades, grupos de pesquisa e iniciativa privada, como o site “Para quem doar”⁵ que lista mais de 114 instituições.

A Lei 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, previa isolamento, quarentena, testes e outras medidas para conter o vírus. Os órgãos públicos reorganizaram seu funcionamento, alterando formas de pressão dos movimentos sociais junto às autoridades. Apesar da lei ter sido proposta pelo Executivo, o presidente Bolsonaro criticou medidas de restrição à circulação e apoiou isolamento apenas de idosos e doentes e cuidado das famílias, aumentando o impacto nas mulheres, responsabilizadas por esse cuidar (BIROLI e QUINTELA, 2021, p.356).

Em um momento no qual o governo desconsiderava a pandemia e seus efeitos, que o presidente da República questionava as orientações da OMS, de cientistas e da maior parte dos profissionais de saúde, a participação social seria fundamental na luta por respostas condizentes com as necessidades do país. Mas movimentos sociais se viram com o desafio de adequar repertórios, ampliar suas redes de ação coletiva, buscar enquadramentos pertinentes à nova realidade para alcançar vitórias em espaços de tempo curtos. Esse cenário reforçou a necessidade de ações coletivas e mobilização junto ao parlamento nos debates legislativos.

Para Iris Marion Young (2006, p. 140) “uma democracia forte certamente requer diversas ocasiões em que autoridades públicas e cidadãos se encontrem para discutir determinadas experiências e questões”. Carone (2018, p.182) destaca que a relação e interação entre movimentos e parlamento ainda é pouco estudada na literatura dos movimentos sociais. Isso reforça o que Peres e Carvalho (2012, p. 83) apontam sobre a necessidade de alargamento dos estudos legislativos abordando como atores externos ao parlamento participam e atuam em decisões legislativas, ampliando o foco para além dos papéis de líderes e da fidelidade partidária. Carone (2018) destaca que na literatura de formação de agenda um tema torna-se relevante e alvo de políticas públicas quando ganha a atenção das autoridades, da mídia e da opinião pública tornando-se debate, mas uma política pública para esse tema inicia quando chega à agenda de decisões, e vira pauta de deliberação. Carone resgata Amenta et al. (2010) e aponta que o debate sobre a ação legislativa de movimentos sociais ocorre a partir da análise do papel desses movimentos na formação da agenda, no conteúdo legislativo, na votação e na

⁴ Acesso ao repositório de mobilizações contra a Covid feito em 12 de agosto de 2022 pelo link:

<https://repositoriomobilizacovid.resocie.org/>

⁵ Site Para Quem Doar, com dados de instituições listadas (levantamento pela busca) até 12 de agosto de 2022:

<https://www.paraquemdoar.com.br>

implementação da política (CARONE, 2018, p. 184). Esta pesquisa avalia os três primeiros.

As restrições, em razão do isolamento decorrente da pandemia de Covid-19, no acesso ao Congresso Nacional⁶ e as regras impostas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para deliberações remotas, reduziram a participação direta da sociedade civil nas negociações e debates, em especial pela suspensão das reuniões e audiências públicas de comissões das duas Casas. Assim, ao estabelecer caminhos para uma atuação próxima a esse Congresso Nacional de acesso restrito, a rede, e em especial as múltiplas filiações de movimentos feministas e de mulheres, na campanha Renda Básica que Queremos, utilizando repertórios de interação Estado-sociedade, buscou caminhos para o diálogo e incidência necessária.

2 METODOLOGIA

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha.

Lélia Gonzalez, 1984[1980], p.231

Para compreender essa articulação em redes de movimentos feministas e de mulheres, a atuação e o papel dessas múltiplas filiações como infraestrutura para o resultado alcançado, é necessário analisar como essa campanha viabilizou essa atuação em redes, como se articulou com parlamentares e quais caminhos utilizou para construir essa interação. Para isso essa pesquisa buscou conhecer e analisar o projeto de lei que aprovou o auxílio emergencial, a mobilização para essa aprovação – denominada campanha Renda Básica que Queremos - e como as múltiplas filiações dessas redes, em especial a partir da ideia de interseccionalidade e seu papel de incorporar o olhar sobre as diversas opressões sofridas pelas mulheres, em especial as negras e pobres, se fizeram presentes no debate, na negociação e na aprovação da lei.

Para a realização desta monografia, a pesquisa se iniciou com a escolha da ação no Repositório Mobiliza Covid, com foco na interação entre movimentos sociais e legislativo e incorporando uma perspectiva de gênero. A ideia era dar continuidade a pesquisa iniciada no Programa de Iniciação Científica - PIBIC. A escolha considerou três elementos básicos: atuação que tivesse como proposta ou solução uma ação voltada para mulheres; envolver o parlamento federal; e ser nascida da ação coletiva. Nesse sentido, a campanha Renda Básica que Queremos apresenta o que é necessário.

Para identificar o projeto que criou o auxílio emergencial e instituiu o pagamento em

⁶ Atos dos presidentes da Câmara dos Deputados - ATM 118/2020 e do Senado Federal - APR 4/2020. Nos sites das duas casas é possível buscar os atos pelo número ou pela pesquisa restrição Covid

dobro para mulheres chefes de famílias monoparentais foi feita pesquisa na aprovação do estado de calamidade, levantamento das medidas provisórias para verificar se alguma previa o auxílio e análise de notícias da Câmara dos Deputados e Senado Federal. A partir da análise das notícias foi localizada a matéria. Com o número do projeto de lei, pela busca dos sites da Câmara e do Senado, foi levantada a tramitação nas Casas.

A metodologia proposta para o estudo incluiu entrevistas, coleta de dados e documentos de movimentos sociais e da campanha Renda Básica que Queremos, e ainda a análise documental relacionada à tramitação do projeto de lei 9.236 de 2017 (PL 9236/17), no Senado Federal PL 1066/2020, que aprovou o auxílio emergencial – ver Tabela 1. Foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas, por vídeo, com mulheres representantes de movimentos sociais integrantes da campanha – Rede Brasileira de Renda Básica e Rede Mães de Luta – e seis conversas, sem o formato de entrevista sendo duas com deputadas e quatro com assessores parlamentares - da Liderança do PSOL, da senadora Leila Barros, do presidente da Câmara à época, deputado Rodrigo Maia e do relator no Senado Federal, senador Alessandro Vieira. Todos manifestaram concordância pelo termo de consentimento livre e esclarecido.

Foram ainda aproveitadas, analisadas e incorporadas duas entrevistas conduzidas pelo doutorando Gabriel Elias e a orientadora Rebecca Abers, com ativistas e movimentos que participaram da “Renda Básica que Queremos”. A pesquisa do doutorado dele possui tema que aborda o projeto. Para essas entrevistas foi encaminhada pergunta à orientadora para inclusão do debate específico sobre o auxílio em dobro para mães solo. Assim, ao longo desta monografia serão trazidas quatro entrevistas semiestruturadas, sendo duas delas cedidas pelo doutorando Gabriel. Em função do pedido de sigilo de alguns entrevistados, optou-se por utilizar esse sigilo para todas as entrevistas, que serão identificadas pela sequência MS-número, para movimentos, AP-número para assessores parlamentares. As parlamentares serão apenas identificadas como parlamentares.

A análise documental contemplou o site das instituições e movimentos incluídos neste estudo levantando notícias entre 01 e 31 de março de 2020. Também considerou as notas taquigráficas e vídeos de cinco sessões, sendo três da Câmara dos Deputados - dias 18, 25 e 26 de março de 2020 - e duas do Senado Federal - dias 20 e 30 de março de 2020; 13 pareceres apresentados em plenário pelos relatores, sendo nove na Câmara dos Deputados e quatro no Senado Federal; os documentos apresentados pela Renda Básica que Queremos, o site da ação coletiva e as publicações no Twitter e Instagram entre os dias 01 e 31 de março de 2020 das parlamentares da bancada feminina, do presidente da República Jair Bolsonaro, do presidente

da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e de 8 grupos envolvidos na ação coletiva: Rede Brasileira de Renda Básica (RBRB), Nossas, Coalizão Negra por Direitos, Inesc, Instituto Ethos, Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Mães de Luta e postagens com as hashtags #auxílioemergencialjá, #rendabásicajá #auxílioemergencial, #vamospararoBrasil, e #rendabásica, utilizadas na campanha. A análise foi feita a partir de leitura com base em palavras-chave, nomes de parlamentares, busca por termos comuns entre notas taquigráficas e documentos, bem como destes corroborando informações coletadas nas entrevistas.

O levantamento dos posts e tweets foi feito a partir do uso do software R para entender as interações entre as diversas redes e atores e de pesquisa direta nos sites do Instagram, Twitter e Facebook com base na delimitação de datas, de palavras chave e das hashtags listadas para quantidade e busca de imagens para tornar palpável e visível o que a pesquisa apontava. A partir disso foi feito o cruzamento desses dados para verificar postagens que se replicavam tanto nos movimentos sociais como nos perfis de parlamentares e de movimentos feministas, buscando cruzar as informações – como data e hora das postagens, elementos gráficos e termos – que possibilitassem entender que havia uma replicação, curtida, compartilhamento ou informação comum entre elas e assim uma interação.

Tabla 1 - Quadro de materiais coletados e pesquisa

Tipo de material coletado	Quantidade	Análise realizada	Objetivo
Entrevista semiestruturada em vídeo	2	Coleta de impressões, dados e informações sobre a campanha e como o movimento e ela mesma atuou	Entender os papéis de atores e redes
Aproveitamento de entrevista de doutorando da orientadora	2	Coleta de impressões, dados e informações sobre a campanha e os movimentos participantes e sobre a atuação no Congresso	Entender os papéis de atores e redes
Conversas com deputadas e com assessores parlamentares	6	Coleta de impressões e de informações sobre a campanha, papel de parlamentares e atores ponte entre movimentos e parlamento e sobre a tramitação e atuação de parlamentares.	Entender atores-chave, ou que foram pontes entre movimentos e parlamento, redes e tramitação

Notas taquigráficas e vídeos das sessões na Câmara dos Deputados e no Senado Federal	5	Levantamento de informações sobre tramitação, apoios e atores envolvidos no parlamento	Levantar tramitação, relacionamento entre atores e resultado no ciclo da política pública
Documentos e notícias site da campanha e sites das instituições e movimentos envolvidos	62	Coleta de impressões, dados e informações sobre a campanha, os movimentos participantes, as ações realizadas, o papel na atuação e na tramitação e a rede de atores	Conhecer e analisar atuação de movimentos e contribuição formal no ciclo da política pública
Posts, Tweets e dados de redes sociais de parlamentares e movimentos sociais	4283	Todas as redes de todos os movimentos, deputadas e senadoras no período pesquisado com depuração para apenas o que se relacionava ao tema da pesquisa	Levantar e analisar as redes de atores e as interações entre elas.

3 INTERSECCIONALIDADES, A CRISE DO CUIDADO E IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO: PANDEMIA DE COVID-19 E MULHERES CHEFES DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS

Tem maternidade que você é solo, mas tem com quem contar, tem rede de apoio, financeiro e familiar. E tem a minha maternidade que é igual à de várias mulheres, que é aquela de se preocupar todo tempo com responsabilidades. Dentro da pandemia eu me preocupei, tive crises de ansiedade, de depressão, porque você se sente muito cobrada, muito exausta, e você também quer ter seus feitos né. Na pandemia me senti muito sufocada.

(Carlla Bianca, mãe solo em depoimento ao Projeto Solo - mães solo vivendo a pandemia no Brasil⁷)

No decorrer da crise de Covid-19, o aumento do desemprego, da violência doméstica e da fome piorou a situação das mulheres⁸. O fechamento de escolas e creches e o aumento do

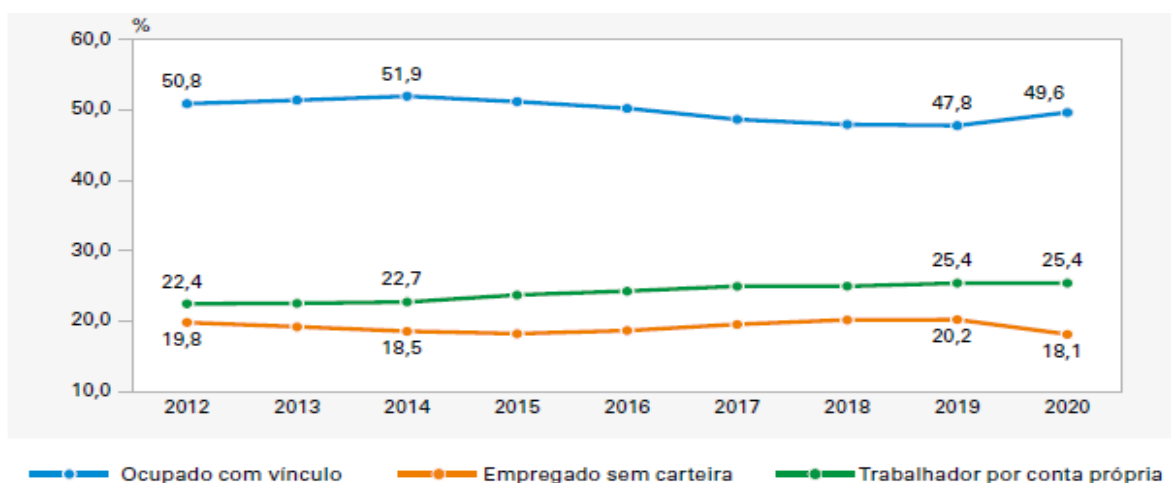
⁷Acesso a esse e outros depoimentos pelo link: <https://www.solonatgeo.com/carla-bianca-ma>

⁸ Informações Boletim “Políticas Sociais: acompanhamento e análises” número 28 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com foco nos indicadores de 2020 impactados pela Covid-19

trabalho doméstico, tornou mais pesada a realidade delas, cujo papel social de cuidadoras é tão arraigado. Para Biroli (2018, p.56), “mulheres são afetadas em suas trajetórias por estarem posicionadas como cuidadoras”. Coletivos, movimentos sociais, pesquisadoras, organizações supranacionais e feministas apontaram os riscos para as mulheres, em especial mães solo.

Mais do que assustar médicos, o coronavírus passou a assustar economistas com queda da bolsa de valores, aumento do dólar e do desemprego. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio - PNAD Contínua - do IBGE, em 2020 o Brasil teve o pior índice de desocupação desde o início da série histórica e chegou a ter mais de 50% da população economicamente ativa desocupada ou fora do mercado formal, como mostra o Gráfico 1. Os dados mostram o impacto da pandemia e o tamanho do problema que viria.

Gráfico 1 - Trabalhadores por vínculo de 2012 a 2020



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2020.

Os dados se alinham aos estudos do Boletim “Políticas Sociais: acompanhamento e análises” do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que destaca o impacto da pandemia no país, reforçando como grupos mais vulneráveis historicamente são também os mais impactados pelo vírus:

...o conjunto de dados disponível sobre a economia e o mercado de trabalho no Brasil em 2020 revela que a magnitude e a rapidez dos impactos da crise em decorrência da pandemia da Covid-19 não têm precedentes na história recente do país, mesmo quando se compara com a forte recessão econômica ocorrida anteriormente em 2015/2016. Outro importante resultado das análises é que públicos historicamente mais vulneráveis foram os que mais sofreram perdas ao longo de 2020, como os negros, as mulheres, os mais jovens, os menos escolarizados e os residentes das regiões Norte e Nordeste

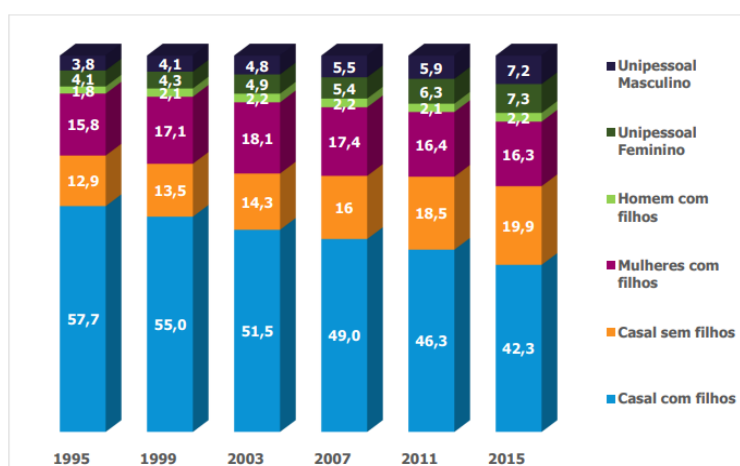
Apresentação do Conselho Editorial (BPS, n. 28, 2021, p. 14)

O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 de 2020 (Rede PENSSAN, 2021) destacou o aumento da fome. O Gráfico 2 mostra 11,7%

de lares chefiados por mulheres em insegurança alimentar grave e 15,4% em insegurança alimentar moderada. Lares chefiados por homens, 7,7% nos dois casos. Mais de 25% das famílias chefiadas por mulheres ficaram, na pandemia, em vulnerabilidade alimentar, quase o dobro daquelas chefiadas por homens. O relatório aponta que apesar do impacto da pandemia a elevação da fome e a crise nas condições de vida de parte da população vinha em andamento, com aumento das desigualdades em função das políticas de austeridade e redução de investimentos sociais (Souza et al., 2019, apud Rede PENSSAN, 2021, p.13).

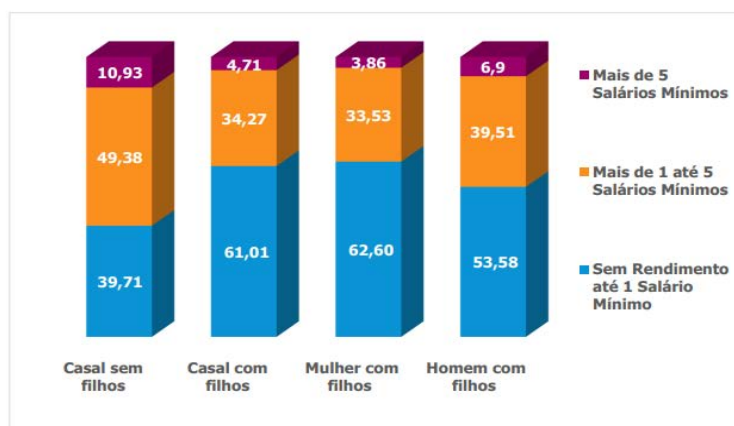
Esse impacto é ainda maior para famílias de mães solo. O Gráfico 3 mostra os arranjos familiares no Brasil segundo o relatório Arranjos familiares no Brasil, e o relatório aponta que lares de famílias monoparentais representam mais de 40% do total de lares chefiados por mulheres. Dessas famílias, o Gráfico 4 mostra que das monoparentais, 62,60% possuem rendimento de até 1 (um) salário mínimo, 33,53% de 1 a 5 salários mínimos e apenas 3,86% recebem mais de 5 salários mínimos com a menor renda per capita média.

Gráfico 2 - Arranjos Familiares no Brasil



Fonte: Relatório “Arranjos familiares no Brasil”

Gráfico 3 - Renda Familiar per capita por arranjo familiar



Fonte: Relatório “Arranjos familiares no Brasil”

3.1 Interseccionalidade e crise do cuidado: o machismo, o racismo e o neoliberalismo na pandemia

As informações reforçam a necessidade de atuação dos coletivos, organizações e movimentos sociais em apoio às mães solo, que tenderiam a sofrer um impacto maior, por estarem posicionadas onde se operam diversas desigualdades. “A perspectiva naturalista, que rejeita agendas igualitárias em nome de supostos valores familiares, anda de mãos dadas com a normalização de desigualdades e violências” (BIROLI e QUINTELA, 2021, p. 346). Na pandemia, a imposição do cuidado envolvia saúde e redução da fome de suas famílias.

Então eu acho que esse momento da pandemia não inventou nada, mas ele escancarou todos os buracos que a gente tinha, sobretudo quando a gente pensa nas políticas sociais, nos direitos das mulheres, população preta, quilombola, indígena
Fala da entrevistada MS-4

O papel de cuidadoras imposto às mulheres as tornou mais atingidas pelos impactos econômicos e sociais da pandemia. Para Biroli (2018, p.57), os papéis e responsabilidades do cuidado reforçam hierarquias de gênero em atuação conjunta do patriarcado com o racismo e o capitalismo, e tornam mulheres, em especial as negras e pobres, mais vulneráveis. E nessas famílias mais pobres e vulneráveis a atuação do Estado na esfera do cuidado é mais relevante (BIROLI, 2020 apud BIROLI e QUINTELA, 2021, p;357). Phillips (2011, p. 344) destaca que estruturas econômicas atuais têm elevada discriminação de gênero e raça, e aponta a necessidade do olhar interseccional. A interseccionalidade revela como múltiplas fontes de identidade das mulheres, raça e classe, por exemplo, se entrelaçam nas relações de poder e opressão (Crenshaw apud Hirata, 2014, p.62).

Ao debater o impacto do racismo no cotidiano de alunas de moda, L'Hosana Tavares (2021, pp. 128-131) resgata o debate de interseccionalidade em Akotirene reforçando como a tripla opressão vivenciada constantemente por mulheres negras e pobres marca e molda suas histórias, corpos e vivências enquanto a consciência dessas opressões organiza o fazer e o pensar político das mulheres. “A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, classe e raça” (AKOTIRENE, 2019, p. 37 apud TAVARES, 2021, p. 131). Algo presente nesse debate sobre como movimentos feministas e de mulheres, ao incorporarem interseccionalidade, possibilitam um olhar diferenciado para as mães solo.

Conforme mostrado pelo Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça e o estudo Beijing +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo, ambos publicados pelo IPEA, o olhar interseccional para as múltiplas opressões é necessário, pois os dados mostram que mulheres

não brancas são mais pobres, têm menos acesso à saúde e saneamento básico, possuem menor escolaridade e são mais vulneráveis em emprego e renda. O mesmo ocorre com mulheres da área rural e regiões Norte e Nordeste do país. E, não por acaso, mulheres negras são maioria nas famílias chefiadas por elas.

Esses dados, ao se unirem à informação de que a maior parte das famílias de mulheres vive com menos de um salário mínimo, reforçam que chefes de famílias monoparentais seriam mais prejudicadas na pandemia e caberia a elas uma proteção e suporte estatal maior. Para Wendy Brown (2019, pp. 22-29), ao consolidar uma política de privatização dos serviços públicos, reduzir o Estado social e favorecer investimentos estrangeiros, o modelo neoliberal estabelece uma nova forma do mundo se estruturar. Os governos neoliberais traçam políticas que transferem para as famílias o papel de prover e garantir ações de cuidado e educação e buscam se eximir das responsabilidades com políticas de privatização. Biroli e Quintela (2021) reforçam esse debate sobre os impactos da política neoliberal na crise do cuidado sistêmica e a responsabilização das mulheres na pandemia, que aumentou a vulnerabilidade delas.

3.2 Conservadorismo e responsabilização familiar: o impacto na pandemia da política bolsonarista para as mulheres

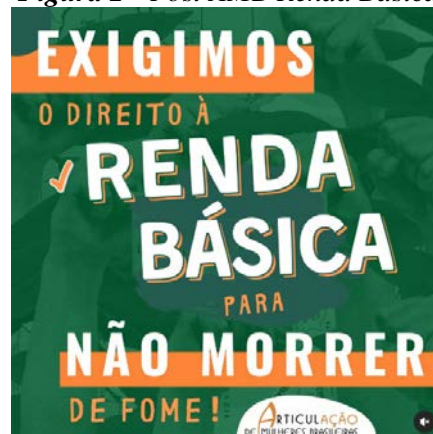
Ao reforçar esse cuidado como responsabilidade familiar e, por conseguinte das mães, e eximir de responsabilidade o governo, o presidente Bolsonaro resgata a concepção central da política bolsonarista para as mulheres, reafirmando a família como proteção social, privilégio, mas também controle (BIROLI e QUINTELA, 2021, pp. 343). O debate em torno de uma renda básica emergencial na pandemia, se converte em um auxílio emergencial para famílias. Diferente do que movimentos feministas e de mulheres consideram o ideal, que é a renda *per capita* respeitando as diversas concepções familiares, a primeira proposta do governo é de uma renda familiar. Assim, os movimentos feministas e de mulheres precisaram adequar enquadramentos do conservadorismo tradicional, que se fundamenta no controle dos corpos, para o conservadorismo no controle da renda, que se fundamenta no controle dos salários e valores recebidos por mulheres, como mostram as Figuras 1 e 2.

Figura 1 - Post AMB - 8/MAR/2020



Fonte: Instagram Articulação de Mulheres Brasileiras

Figura 2 - Post AMB Renda Básica



Fonte: Instagram Articulação de Mulheres Brasileiras

Por essa razão, a grande briga de mulheres na aprovação de uma renda emergencial em dobro para elas tem como objetivo evitar que os homens busquem receber os valores no nome delas ou que se apropriem de valores que não lhe dizem respeito. Apesar do debate em torno da fome não ser novo na agenda de movimentos sociais na América Latina (GOHN, 2000, pp. 221-222), para o movimento feminista, no Brasil do Governo Bolsonaro, com a restrição aos debates em torno das desigualdades de gênero e do avanço das políticas conservadoras, o retorno ao debate sobre a fome representou retrocesso. Em relatório sobre a atuação dos movimentos feministas na pandemia, Vieira (2022, pp. 3-5) aponta que o período trouxe a esses movimentos a necessidade de se articularem para pautas mais emergenciais, levando o foco também para fome e combate à violência, ainda que o aborto continuasse como uma das prioridades. A autora reforça ainda que a pesquisa realizada aponta uma crítica desses movimentos feministas ao perfil mais conservador do parlamento atual e o papel e interface com parlamentares da Frente Parlamentar Feminista Antirracista.

A renda ampliada a elas contribui para o debate de que que essa responsabilização das mulheres precisa ser revista a partir das inter-relações entre esferas pública e privada, olhando tanto o papel do poder público como o da sociedade nessa responsabilização, redefinindo papéis individuais e coletivos e estabelecendo equipamentos públicos e políticas que ofertem e melhorem o cuidado com os mais vulneráveis (BIROLI, 2018, pp.78-83).

A ideia de uma renda básica se estrutura a partir de uma concepção de renda per capita, entendendo as mais diversas configurações domiciliares e de arranjos familiares. No entanto, um auxílio que se configura em apoio para famílias em situação emergencial é concebido pensando em famílias, independentemente de suas configurações e tamanhos, e em um país de governo conservador isso implica em mais uma vez as mulheres perderem espaço para o poder

familiar por duas razões: o privilégio mantido para as famílias e o peso do casamento ao colocar no mesmo patamar casais sem filhos e mães solo com vários filhos.

4 REDES, MOVIMENTOS SOCIAIS E PROCESSO LEGISLATIVO: BREVE REVISÃO DA LITERATURA

...sou sozinha e só posso olhar para isso e lutar um dia após o outro sem poder desistir, procurando uma saída
(Kelly Cristina, mãe solo, desempregada em 2020 - entrevista ao G1)⁹

Seguindo Diani e Bison (2010), este trabalho compreende movimentos sociais como redes informais, conectando atores diversos que se engajam em ações coletivas orientadas a uma situação de conflito com oposição delimitada e identidade coletiva compartilhada (DIANI, 2003 apud OLIVEIRA, 2021, p. 589). Cabe destacar que essa definição entende esses movimentos como redes diversas de outras redes de ação coletiva que não possuem condições para serem movimentos sociais como orientação ao conflito, interações informais densas e identidade coletiva (DIANI e BISON, 2010, pp. 221-222).

Uma das vantagens de se conceber movimentos sociais como um tipo de rede é que facilita analisar como esses movimentos interagem com outras redes no contexto em que se inserem. Tarrow (2009[1998], pp. 42-43) aponta que nas redes sociais as estruturas conectivas entre os atores da ação coletiva se mantêm, e que essas conexões atuam na probabilidade da interação entre esses atores. E assim, “o confronto se cristaliza em movimento social quando ele toca em redes sociais e estruturas conectivas embutidas” (TARROW, 2009[1998] p.43). Ao debater como redes distintas, dispersas e heterogêneas convergem para uma ação em comum, Mische (1997, p.135) sugere que é necessário analisar sistematicamente as diversas redes interpessoais e organizacionais integradas, focalizando como a variedade e ecletismo dos discursos e ações desses diversos atores interagem entre si de modo a encontrar um ponto comum que os una para aquele determinado objetivo. Assim, essa multivalência abre espaços para analisar e reformular a cultura política pela ambiguidade conflituosa dessas interações sociais. Alonso resgata debates de Tilly e Melucci apontando como atores coletivos, ao se constituírem a partir de redes, formam a ação coletiva enquanto produzem, comunicam, negociam, encontram significados, entendem e reconhecem aquilo que os une. As redes constroem a ação coletiva na interação entre os atores coletivos (ALONSO, 2009, pp. 65-66).

Mische aponta que parte da literatura de movimentos sociais destaca o “caráter

⁹ Entrevista disponível na matéria sobre dia das mães e pandemia, acessada em 24/08/2022 no link: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2021/05/09/dia-das-maes-maes-contam-desafios-da-maternidade-solo-na-pandemia.ghtml>

relacional - em vez de puramente categórico ou atribucional - de identidades baseadas em redes sociais” (MISCHE, 1997, p.138) e a importância da multiplicidade dos laços e da fluidez dos processos de formação das identidades. (Ibid, 139). Para Mische, as experiências coletivas contribuem para distintas formas de reconhecimento, e para estruturar e dar sentido a essas redes sociais mobilizadas por projetos emergentes dos diversos atores, criando oportunidades de ação, funcionando como prismas que fundem projetos e ideias de diversas outras redes, estabelecendo uma identidade coletiva comum (MISCHE, 1997, pp. 139-140).

A autora destaca a importância de atores que atuam em várias redes e contextos sociais e que se consolidam como pontes por meio de suas múltiplas filiações, algo que ela denomina como militância múltipla em que uma pessoa milita tanto em movimentos feministas como em movimentos de renda, por exemplo. “As pessoas que podem evocar sua multiplicidade de laços (e identidades) para serem vistas em uma variedade de contextos sociais, e assim viabilizar oportunidades para conexão e ações conjuntas de diversas pessoas ou grupos” (MISCHE, 1997, p. 145). Essa ideia das múltiplas filiações é apontada por Abers e von Bülow ao debater a luta dos movimentos sociais para atuar na construção de políticas públicas e para influenciar a tomada de decisões relevantes, tanto pela ampliação de espaços participativos como também no fortalecimento da presença de ativistas dentro dos espaços estatais (ABERS e VON BÜLOW, 2011, p. 65).

A importância das múltiplas filiações nas quais uma pessoa atua em movimentos sociais, partidos, associações, burocracia, mídia e outros, está na possibilidade de abrir portas e acessos a atores institucionais relevantes, mas também contribuir para que a demanda entre na agenda levando movimentos a atuar na transformação de demandas em políticas públicas (ABERS, SILVA e TATAGIBA, 2018, pp. 20-21). As múltiplas filiações possibilitam avançar na compreensão sobre o acesso dos movimentos ao processo decisório e abre o debate sobre como essas interações atuam no contexto político. O argumento que aqui se estabelece busca entender esse contexto político, de modo mais amplo, mais do que apenas o ambiente ou cenário da ação. Atores interagem entre si, incorporam ação e relação interativa e se moldam como elementos próprios desse contexto, reforçando a importância da agência que possuem (ABERS, SILVA e TATAGIBA, 2018, pp. 22-23).

Essa ideia é especialmente interessante na análise que essa pesquisa propõe pois possibilita pensar a aprovação do auxílio em dobro como resultado de uma construção que se estabelece na relação entre atores na ação coletiva. Nesse sentido, a agência pressupõe interação, ou seja, “os vínculos entre os atores não são estruturas inertes, deterministas, mas

formam redes sociais que são ao mesmo tempo pré-construídas e transformáveis” (ABERS, SILVA e TATAGIBA, 2018, p. 27). Algo que Jasper (2016, pp. 120-121) reforça ao destacar as redes sociais como caminhos nos quais a ação acontece, fundamentais para mobilizações e atuando desde o momento em que o movimento emerge. O contexto político e o ambiente de atuação não são externos, mas interagem com os atores que agem de modo interdependente, consolidando as interações como o próprio contexto no qual movimentos atuam para a construção e disputa das políticas. E dessas interações dependem os próprios resultados da ação coletiva (ABERS, SILVA e TATAGIBA, 2018, pp. 28-30).

Os “movimentos sociais importam para os resultados políticos no Estado e nas políticas públicas, podendo produzir efeitos distributivos e ampliar a institucionalização de direitos” (CARLOS, DOWBOR e ALBUQUERQUE, 2021, p.1). E estes movimentos se organizam e atuam cada um a seu modo, construindo identidade coletiva, estratégias e formas de ação próprias (OLIVEIRA, 2021, p.590). Desse modo, a rede de movimentos da campanha Renda Básica que Queremos, ao interagir entre si e com os demais atores em disputa, constrói o contexto no qual o pagamento do auxílio emergencial em dobro para mulheres chefes de famílias monoparentais se torna um embate e uma política necessária. Os movimentos feministas e de mulheres ao integrarem essa rede levam para a Renda Básica que Queremos suas visões, suas demandas, seus enquadramentos, repertórios e estratégias. E do mesmo modo, pela relação interdependente e interação constante recebem dessa rede um conjunto de demandas, estratégias, enquadramentos e repertórios que moldam a ação política e impactam no resultado alcançado.

Ao utilizar a ideia de campanha para entender a atuação desses movimentos a ideia é olhar mais para a rede e sua atuação no processo de formulação da política pública e menos nos elementos constitutivos próprios dos movimentos feministas amplamente estudados em outros trabalhos, observando a atuação em um contexto de ação específico, como um momento específico de visibilidade do movimento social com marcos e eventos definidos e marcados no tempo e no contexto específico ampliando o olhar além do debate dos movimentos em protestos (CARLOS, DOWBOR e ALBUQUERQUE, 2021, pp.2-5).

4.1 Infraestrutura: engrenagens que possibilitam a ação coletiva

Movimentos sociais estabelecidos em redes utilizam-se das próprias redes e interações como estruturas para a mobilização. As redes influenciam como a ação coletiva ocorre, quais ferramentas os atores utilizam, como os movimentos chegam aos interlocutores, como geram empatia, e como se mobilizam. Para Jasper (2016, p 105), as redes sociais funcionam como

tijolos que viabilizam a comunicação e interação humana e atuam como infraestrutura das mobilizações ao possibilitar a difusão de informações e o recrutamento de participantes. Elas possibilitam rápida comunicação do problema e das soluções pensadas pelos múltiplos atores, viabilizam que recursos e conhecimentos dos envolvidos sejam melhor utilizados nas diversas fases da campanha. Além das redes, recursos humanos (ativistas e apoiadores), materiais (financeiros e tecnológicos) e de organização também são infraestrutura das ações coletivas.

Grandes movimentos como a direita religiosa ou o movimento feminista, compostos de centenas ou milhares de pequenos grupos e seguidores individuais, não aparecem do nada, tampouco desaparecem totalmente. Tanto os indivíduos quanto os significados culturais que os inspiram estarão presentes numa mobilização futura, quando antigas ideias vierem a assumir novas formas e novos vilões. Eles tomam de empréstimo e transformam **a infraestrutura** existente, que inclui comunicações, transporte, sistemas financeiro e jurídico, salas de reunião, redes sociais, organizações formais e todas as outras condições que permitem que as pessoas realizem suas tarefas. Manifestantes usam a infraestrutura para proclamar seus significados culturais.

(JASPER, 2016, p. 94, grifo do autor)

Pensar no papel dessa infraestrutura na aprovação do auxílio emergencial em dobro para as mães solo aponta para dois elementos especialmente importantes na ação coletiva. De um lado, as redes e as múltiplas filiações na consolidação do contexto político. E de outro a formatação e operacionalização profissional, em um modelo de uso de recursos totalmente adaptado ao contexto político apresentado, com uso de recursos materiais e de pessoas mobilizadas totalmente articulados por uma estratégia única, centralizada e bem estruturada que rapidamente possibilitou a mobilização de mais de 200 grupos e movimentos.

As redes e as múltiplas filiações, ainda facilitam o acesso a atores pontes que possibilitam a interação entre movimentos, instituições e sociedade. No Brasil essas múltiplas filiações são comuns no parlamento, com assessores e parlamentares oriundos e até integrantes de movimentos sociais, o que pode ter contribuído como infraestrutura para a campanha estudada. Jasper (2016, p. 106) reforça essa ideia ao destacar que quando organizações e redes se unem em uma ação elas podem alcançar grande visibilidade e grandes protestos muito rapidamente por já possuírem redes sociais que facilitam a divulgação da mensagem e geram envolvimento emocional, facilitando o surgimento de sentimentos como empatia, indignação, revolta e vontade política.

A profissionalização dos movimentos também contribuiu para garantir o uso rápido tanto de recursos financeiros com parceiros aptos a esses aportes, como de conhecimento técnico que viabilizou a criação de um site para a campanha, de propostas viáveis de solução a serem apresentadas e de modelos estratégicos de ação com resultados positivos em

mobilizações anteriores. Esse conjunto de fatores possibilitou que os atores envolvidos pudessem fazer uso de uma identidade visual comum (marcas, cores e elementos gráficos das peças compartilhados entre os diversos grupos), em um curto espaço de tempo tornando a ação mais conhecida e facilitando a comunicação e disponibilização das mensagens nas mais diversas redes de modo ágil, simples e em uma mesma identidade coletiva e compartilhada.

Os dois aspectos apresentados fazem parte do debate trazido por Jasper (2016), sobre o papel da infraestrutura nas ações coletivas e nos resultados alcançados pelos movimentos sociais. Além do papel das redes sociais e de modelos e técnicos profissionais na ação como parte dessa infraestrutura, o autor aponta ainda outros elementos como pessoas mobilizadas (recursos humanos), dinheiro (recursos financeiros), transporte, comunicações, espaços de debate e interação e outros que possam viabilizar a ação dos movimentos a partir do uso dessas infraestruturas (JASPER, 2016, pp. 93-95).

Outro destaque é o papel da mídia na divulgação, não apenas dos movimentos, mas na transformação do problema pontual, individual ou de grupo específico em social ou de moralidade pública; ainda que isso precise ser analisado a partir da ótica econômica e negocial do empresário de mídia ou do governo detentor de veículos. A evolução dos meios, formatos e modelos midiáticos possibilita a ampliação do acesso aos protestos e manifestos, e o impacto nas redes em que se inserem (JASPER, 2016, pp.101-104). Nesse sentido, a campanha em torno de uma renda básica emergencial na pandemia teve apoio dos veículos de imprensa e papel importante das redes e múltiplas filiações nessa interação com as mídias.

4.2 Movimentos Sociais e Poder Legislativo - uma agenda de pesquisa em construção

Pesquisadores de movimentos sociais apontam que é na formação da agenda que os movimentos sociais conseguem mais espaço para influenciar os processos políticos, chamando atenção aos problemas a partir dos repertórios tradicionais de atuação como manifestações, campanhas, lobby, *advocacy*, pautando a mídia ou apontando o senso de urgência do problema enquadrado (ANDREWS e EDWARD, 2004, apud CARONE, 2018, p. 182). Para Carlos, Dowbor e Albuquerque (2021, pp. 3-4) analisar como e de que modo movimentos sociais influenciam políticas públicas e a própria evolução do olhar dessa participação envolve tanto entender o papel desses movimentos na inclusão de suas demandas na agenda política como nas diferentes etapas de construção dessas políticas além da formação da agenda. Os autores (ibidem, pp. 4-5) ainda reforçam que apesar de boa parte da literatura destacar a formação da agenda como ponto mais comum da participação dos movimentos sociais nas políticas, ao

entendermos como essa contribuição se faz presente em diferentes etapas do processo de aprovação de uma lei e mesmo nas definições sobre sua implementação é possível observar movimentos em diferentes etapas desse ciclo.

A presença de movimentos sociais no parlamento e em especial nas comissões e no espaço de debate para a construção de políticas públicas é importante ao olharmos para redes de movimentos feministas e suas interações com parlamentares, em especial quanto a atores-ponte e nomes que sejam chave nas negociações (CARONE, 2018, pp. 193-199). Movimentos feministas possuem essa importante interação, em especial no Brasil onde movimentos sociais se fazem presentes na burocracia e conseguem construir pontes com parlamentares e assessores, seja pelas ideias comuns, seja pela entrada desses movimentos na própria burocracia por eleições, concursos, cargos comissionados ou outros (CARONE, 2018; ZAREMBERG e ALMEIDA, 2021; CARLOS, DOWBOR e ALBUQUERQUE, 2021). Essa interação é especialmente importante na tramitação das matérias em um contexto específico, como o que foi imposto pela pandemia que restringiu o acesso ao parlamento e remodelou o processo legislativo retirando o espaço das comissões parlamentares. Nessa situação essa interação com atores-chave foi fundamental tanto na construção da agenda como no levantamento dos objetivos da campanha e nos resultados alcançados nas políticas.

Para Abers, Serafim e Tatagiba (2014, pp. 328-330), a atuação dos movimentos sociais em dinâmicas interativas com o Estado, ainda que nem sempre colaborativas, por mecanismos de participação institucionalizada, permite que tenhamos novos olhares para essa interação entre o Estado e a sociedade civil. E ainda que esses estudos se concentrem mais no poder executivo, esses repertórios de interação Estado-sociedade podem ser observados em estudos na interação no legislativo (ibidem, p. 333). As redes ao obterem acesso ao Estado interagem por meio de rotinas de conflito, negociação e participação próprias de cada área política (ibidem, p. 348).

Entre os repertórios de interação Estado-sociedade temos: protestos e ação direta para abrir ou como parte de ciclos de negociação; participação institucionalizada em espaços oficialmente estabelecidos; política de proximidade pelo contato direto com tomadores de decisão por interações e relações facilitadas por redes ou atores com múltipla filiação e a ocupação de cargos na burocracia seja por nomeação ou processo eleitoral que pode facilitar as outras formas de interação (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014, pp. 332-334).

Apesar das diversas possibilidades de interação entre movimentos e Estado, as restrições impostas pela pandemia dificultaram muitas das ações dos movimentos sociais. Para von Bülow

(2020), os desafios impostos pela restrição da circulação e pelo fechamento de diversos espaços obrigaram esses movimentos a se adequar à nova realidade e adaptar usos tradicionais de ferramentas digitais como parte dos repertórios de ação coletiva, a exemplo de *lives*, podcasts, *webinars* e reuniões das próprias organizações. Essa adaptação envolveu compreender a diversificação necessária à ação coletiva, os ajustes nas mensagens, formatos e recursos necessários, e a avaliação dos impactos que trazem (VON BÜLOW, 2020, pp. 8-10).

Protestos passaram a ser virtuais por mídias sociais como Instagram, Facebook e Twitter no que von Bülow e Dias (2019, p.6) denominam “redes políticas de hashtags”, que possibilitam o uso de recursos de automatização e indexação do tema ou debate a partir de etiquetas que permitem a outros atores acompanhar, compartilhar ou mencionar argumentos, ideias e posições de outras pessoas pelas chamadas *hashtags*. Com esses mecanismos milhares de pessoas protestam juntas, compartilhando a mesma ideia, ao mesmo tempo, com as mesmas palavras de ordem, ainda que não estejam fisicamente no mesmo espaço, o que contribuiu na formação da agenda e na pressão no momento da deliberação e aprovação da política.

Um ponto importante, apontado por Carone (2018, pp. 200-201), é que a literatura sobre processo e poder legislativo destaca a deliberação legislativa por maiorias na quantidade de votos necessária para aprovar ou reprová-la uma matéria. E mesmo quando pautas do poder executivo tendem a ter prioridade e mais facilidade de aprovação, isso não significa que o Legislativo não tenha papel na negociação e adequação das políticas públicas. No contexto em que o Executivo atuava contra as medidas de isolamento e com o Presidente da República chamando o retorno ao trabalho, um projeto do legislativo que favorecia essas medidas era visto como oposição. Em um governo de políticas conservadoras, que entende a centralidade do modelo tradicional de família como fundamento social, uma política para mulheres fora desse modelo também pode ser vista como ação contrária ao governo.

5 A RENDA BÁSICA VIROU AUXÍLIO EMERGENCIAL: O PROCESSO DE APROVAÇÃO E A INCLUSÃO DO AUXÍLIO EM DOBRO PARA MULHERES CHEFES DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS

Ela era muito trabalhadora. Pegava três conduções para chegar ao trabalho. Para voltar, era a mesma coisa: dois ônibus e um trem. Ela saía de casa no domingo e só voltava na quinta.

Familiar da empregada doméstica Cleonice, primeira vítima da Covid-19 no estado do Rio de Janeiro¹⁰

¹⁰ Fala em reportagem do UOL na semana da morte. Acesso à reportagem pelo link: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm?cmpid=copiaecola>

O risco da pandemia de Covid-19 era conhecido do Governo Federal desde janeiro de 2020, quando a crise do vírus começou. Em 30 de janeiro, a OMS declarou a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) por conta do coronavírus SARS-COV 2. Em 04 de fevereiro, o presidente Jair Bolsonaro encaminhou ao Congresso Nacional projeto com medidas para enfrentar a emergência. Em 06 de fevereiro a lei 13.979/2020 foi sancionada com previsão de isolamento e medidas para esferas federal, estadual e municipal.

As figuras 3, 4, 5 e 6, mostram reportagens da Folha de São Paulo¹¹ entre 6 e 26 de fevereiro apontando, respectivamente, que a epidemia do novo coronavírus, em um mês, era a mais cara em 20 anos; o aumento da fila e a redução de investimentos no Bolsa Família; a capa do primeiro caso de Covid-19 no país; e matéria os receios de mercados com o vírus.

Figura 3 - Matéria custos Covid-19



Figura 4 - Matéria fila Bolsa Família



Figura 5 - Capa Folha de São Paulo com primeiro caso Covid-19



Figura 6 - Matéria apreensão mercados



Fontes: Acervo Folha de São Paulo.

Em 11 de março de 2020, a OMS declarou a pandemia de Covid-19. No mesmo dia, o Governo do Distrito Federal decretou¹² restrição da circulação de pessoas, o fechamento de

¹¹Reportagens do Acervo digital da Folha de São Paulo.

¹² Decreto 40.509 de 11 de março de 2020 - disponível pelo link:

http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2020/03_Mar%20C3%A7o/DODF%202025%2011-03-2020%20EDICAO%20EXTRA/DODF%202025%2011-03-2020%20EDICAO%20EXTRA.pdf

comércios, escolas, shoppings, suspensão de eventos e restrição de acesso a monumentos. Naquele dia o Brasil tinha 52 casos confirmados e já registrava transmissão local em várias cidades. Dia 12 de março ocorreu a morte da primeira pessoa por Covid-19 no país, mas esse dado só seria confirmado meses depois. A comunicação da primeira morte foi em 17 de março em São Paulo. Mortes suspeitas eram investigadas em todo país. No Rio de Janeiro, uma empregada doméstica que havia trabalhado, mesmo com a empregadora tendo voltado da Itália e aguardando resultado de teste, havia falecido com suspeita, confirmada no dia seguinte. Aos 63 anos, diabética e hipertensa, ela mostrava que a Covid-19 viria a ser mais letal aos pobres.

Em 13 de março, com as restrições no Distrito Federal e o avanço da doença, o acesso de pessoas externas à Câmara dos Deputados e Senado Federal foi proibido, dificultando o acesso de movimentos sociais, na realização de audiências públicas e nas visitas ao Palácio do Congresso Nacional. Muitas negociações e contatos com parlamentares seriam mais difíceis, o que poderia reduzir a influência sobre parlamentares e decisões.

O que se via reforçava dados apontados por pesquisadores, organizações e movimentos sociais. No resumo da nota “A Coronacrise: natureza, impactos e medidas de enfrentamento no Brasil e no mundo”, o Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica da Universidade de Campinas (Unicamp), destacava que sem garantia de renda o país não teria o isolamento e não conseguiria achatar a curva de contaminação. O debate sobre renda básica ganhava espaço. Reportagens começaram a apontar riscos para a renda na pandemia. A jornalista Rosana Pinheiro-Machado em matéria no *The Intercept*¹³, resgatou debates de Tatiana Roque, da RBRB, sobre a importância de ampliar o apoio aos informais e mais vulneráveis como mulheres chefes de família e moradores de periferias. Dia 17 de março de 2020, a RBRB divulgou que apenas uma renda básica poderia evitar o colapso socioeconômico do coronavírus. A renda começava a virar uma emergência na pandemia e movimentos começavam a se mobilizar.

A gente tava vendo alguns países passando medidas semelhantes começando a agir nesse sentido de criar políticas sociais para ajudar a mitigar os efeitos da crise. Eu tava num grupo (WhatsApp) de amigos ativistas conversando e escrevi... não tem momento melhor para aprovar a renda básica no Brasil... melhor contexto político possível e dificilmente a gente vai conseguir aprovar alguma coisa que é permanente, mas a maior parte das políticas mais ousadas tipo essa começa com algo que é provisório e depois não conseguem tirar.

Fala do entrevistado MS-2

Procuramos um conjunto de organizações porque entendemos que ou a gente se mobilizava para ter uma política de renda emergencial no Brasil ou não teríamos... na verdade, a gente começou a discutir isso em janeiro... e eu acho que o grande

¹³ Matéria “Coronavírus não é democrático: pobres, precarizados e mulheres vão sofrer mais” disponível pelo link: <https://theintercept.com/2020/03/17/coronavirus-pandemia-opressao-social/>

impulsionador da mobilização foi a negação do governo de que a pandemia existia. Isso impôs uma agenda. Se o governo não tivesse negado a pandemia com tanta veemência nós não tínhamos conseguido mobilizar tão rápido.

Fala entrevistada MS-1

O que eu digo é que nós estávamos no lugar certo, na hora certa... a campanha Renda Básica que Queremos... surgiu em parceria com outras quatro organizações... que se dispuseram a coordenar a campanha e fazer uma proposta de suporte a renda das famílias em função da paralisação que tava se aproximando ... isso aconteceu porque nós e outras pessoas dessas organizações vimos que isso estava sendo discutido em outros países.

Fala entrevistado MS-3

Em artigo à revista Piauí¹⁴, Alessandra Orofino, diretora do Nossas – organização que é uma das coordenadoras da Renda Básica que Queremos -, mostrou que na primeira reunião do grupo, na manhã de 18 de março, a ideia de redes sociais estava no movimento que se formava ao apresentar os participantes do encontro: Tatiana Roque, matemática e historiadora da ciência, sua conhecida, e Leandro Ferreira da RBRB, José Moroni, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Douglas Belchior, da Coalizão Negra por Direitos, Mariana Belmont, da União de Núcleos para Educação Popular de Negras/os e Classe Trabalhadora (Uneafro), Ricardo Martins, do Pacto pela Democracia, e Pedro Telles ativista que havia apresentado a ela a ação. Após a apresentação da ideia cada um assumiu uma tarefa para sua organização. Participante entrevistado confirma os grupos e o modelo de ação da proposta que nascia.

O que é o menor grupo possível para ter o peso estratégico necessário para esse negócio avançar. A gente precisa ter pelo menos um ator que manje do assunto e que tenha legitimidade, pelo menos um ator que seja bom de campanha, de um ator que represente bem os beneficiários, de um ator para ajudar no lado empresarial e de um ator que manje muito de Brasília e de tramitação para ajudar esse negócio a avançar rápido. Foi esse o nosso mapa e isso virou os atores da coordenação. Isso vira o Nossas na rede de campanha, a Coalizão pelos beneficiários, o Inesc como um ator mais de Brasília, a RBRB como um ator do tema e o Ethos como o ator que abre as portas ou pelo menos diminui as barreiras no empresariado.

Fala entrevistado MS-2

A equipe do Nossas se prontificou a criar o site da campanha e trabalhar numa estratégia de comunicação. A RBRB ficou com o trabalho técnico, redigindo uma defesa da proposta e detalhando seu funcionamento. Outros se encarregaram da articulação com parlamentares e acadêmicos, e da criação da marca da campanha... E todos nós concordamos em chamar outras organizações: a pauta era difícil, o custo não seria baixo, e era necessário trazer o maior número possível de atores para capitalizar politicamente a iniciativa. Apenas dois dias depois, nosso pequeno grupo ... se tornaria a maior coalizão da sociedade civil desde a redemocratização...

Alessandra Orofino - no artigo O LEVANTE

¹⁴ O artigo “O LEVANTE: Como nasceu a inédita mobilização que, em questão de dias, forçou o governo a pagar uma renda básica aos mais pobres” de Alessandra Orofino, é uma das bases para esta análise. O texto é confrontado com notícias, notas taquigráficas, documentos oficiais e entrevistas semiestruturadas realizadas. Link para o artigo: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-levante/>

Ainda no dia 18, em coletiva com ministros¹⁵, Bolsonaro criticou medidas restritivas, buscou se eximir das responsabilidades, pediu a volta das pessoas às ruas e ao trabalho e anunciou envio de mensagem ao Congresso Nacional para decretar estado de calamidade pública. O ministro Paulo Guedes, com a pressão por ajuda, apresentou um *coronavoucher* de R\$200,00 a motoristas e trabalhadores informais e aumento de pessoas no bolsa família, que nada mais era do que a fila represada. O decreto de calamidade previa desvinculação orçamentária e um orçamento específico para a luta contra a Covid. Apesar das críticas de parlamentares ao presidente da República e a pontos específicos, o decreto foi aprovado em menos de 48h.

Nós precisamos da liderança do Presidente da República. Mas, infelizmente, um comportamento errático, que minimiza a gravidade da crise, que afronta as orientações... do Ministro da Saúde, gera desconfiança e insegurança.

Dep. Marcelo Ramos (PL/AM) - notas taquigráficas da sessão de 18/03/2020

O que nós precisamos fazer é um comitê nacional para enfrentar a crise, liderado pela ciência, com o peso do Parlamento e de outras instituições, infelizmente, não podemos contar com um Governo ou com um Presidente lunático...na coletiva de hoje ele deixou claro que o Brasil não para porque a economia não pode parar. É preciso parar hoje para não morrer amanhã!

Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS) - notas taquigráficas sessão de 18/03/2020

O Decreto Legislativo, ao reconhecer o estado de calamidade pública no Brasil, permite o descumprimento das metas fiscais previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal... e vai garantir uma renda mínima universal para a população brasileira de modo a permitir o confinamento e as outras medidas orientadas pelo Ministério da Saúde... o decreto propõe a criação de uma comissão mista do Congresso Nacional, composta por seis deputados, seis senadores e suplentes que vai acompanhar permanentemente a evolução da execução orçamentária e financeira do Governo... Fazendo uma alegoria, mais cedo registrei que não se trata de um cheque em branco, mas de um crédito sem limites que o Governo terá para adotar todas as medidas necessárias... Construimos o texto em diálogo com o senador Antonio Anastasia, relator designado pelo Senador Davi Alcolumbre... poderemos dar celeridade à tramitação nas duas Casas e oferecer a resposta no tempo certo.

Dep. Orlando Silva (PCdoB/SP) relator da mensagem na apresentação do parecer que aprovou a matéria - notas taquigráficas sessão 18/03/2020.

A proposta do *coronavoucher* foi considerada irrisória e criticada por representantes da sociedade civil e parlamentares. No mesmo dia, reunião de líderes da Câmara definiu temas a serem votados nos próximos dias e um acordo, segundo matéria da Agência Câmara, para a oposição apresentar proposta de renda emergencial. A reunião de líderes é o espaço no qual normalmente as pautas de votação e os temas que entram na agenda da Casa legislativa são

¹⁵ Notícia sobre a coletiva e o anúncio do ministro Paulo Guedes, acessada em 15 de agosto de 2022: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/18/com-decreto-de-calamidade-publica-governo-anuncia-r-15-bilhoes-para-pessoas-desassistidas.ghml>

deliberados. Entrevistas confirmaram que movimentos viam proposta ruim e que a demora do Governo colaborou na mobilização dos atores.

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) anunciou que os partidos de oposição devem apresentar duas propostas na semana que vem...

A outra proposta tratará da transferência de renda e proteção do emprego e do trabalhador informal. “O Parlamento está funcionando apesar dos riscos de aeroportos e aviões. Não podemos fugir à responsabilidade do nosso papel”...

Notícia - 18 de março de 2020: Líderes anunciam **acordo** para votar pedido de calamidade com emendas - Fonte: Agência Câmara de Notícias

...aquilo não seria suficiente... no Executivo nós não tivemos entrada alguma. Nós tentamos, pedimos agenda para o Paulo Guedes, pedimos agenda - na época acho que era o Osmar Terra o ministro - na Cidadania, também não conseguimos, então não fomos ouvidos e aí definitivamente insistimos no Congresso Nacional... o atraso brasileiro de discutir medidas de enfrentamento à pandemia foi o tempo que nós utilizamos para a gente organizar essa campanha. Antes das medidas de paralisação a gente já estava com muita coisa adiantada... e a proposta a mais próxima e o mais alinhada possível com o próprio conceito de renda básica... e nossa proposta foi R\$300,00 por pessoa do cadastro único porque a renda básica tem cinco características fundamentais: é universal, incondicional, individual, em dinheiro e de periodicidade previsível. Nós produzimos muitos documentos técnicos que apontavam tudo isso na nossa proposta

Fala do entrevistado MS-3

A proposta do *coronavoucher*, as críticas e a movimentação de parlamentares para uma nova proposta, antecipou o lançamento da ação Renda Básica que Queremos, Figura 7, ocorrido dois dias depois, em 20 de março de 2020. A renda básica virou necessidade e depois virou o auxílio emergencial que garantiu a renda de quase 100 milhões de pessoas na pandemia.

Figura 7 - Barra mostra que campanha nasceu após proposta do governo e torna-se vitoriosa



Fonte: Site campanha Renda Básica que Queremos

5.1 Auxílio-emergencial: movimentos sociais e a formação da agenda

Apenas dois dias depois da primeira reunião, a ação coletiva “Renda Básica que Queremos” foi lançada com boa repercussão. Segundo dados do Twitter entre os dias 21 e 26 de março as hashtags #rendabásicajá e #vamospararBrasil alcançaram a lista de tópicos mais

comentados naquela mídia digital. Mais de 100 organizações compartilharam a campanha, assim como parlamentares, artistas e influenciadores reconhecidos e milhares de seguidores.

Diante da impossibilidade de encontros presenciais com parlamentares, nos moldes da política de proximidade, mas frente às limitações impostas pela pandemia, a ação coletiva enviou a carta aos parlamentares¹⁶ como parte das ações de lançamento da campanha Renda Básica que Queremos, assinada pela sociedade civil e movimentos sociais. No documento criticaram a proposta de Paulo Guedes, enquadraram o problema em um contexto mais amplo e apontaram os riscos da pandemia se estender, afetando uma parte da população maior do que a prevista pelo Governo Federal. Como proposta de solução, uma nota técnica apresentava a adaptação da ideia da renda básica de cidadania desenvolvida pela RBRB.

Estimados e estimadas parlamentares,

As famílias brasileiras necessitam de apoio urgente para enfrentar o coronavírus, e não temos tempo a perder: precisamos implementar uma política de Renda Básica Emergencial para os mais desprotegidos.

O governo já anunciou a intenção de fazer algo semelhante a isso, mas limitando-se a um número restrito de profissionais autônomos... que receberiam R\$200,00 por apenas 3 meses para sustentar toda a família...

A RBRB, o Nossas, a Coalizão Negra por Direitos, o Instituto Ethos, o INESC e um grupo de 51 organizações da sociedade civil defendem uma proposta alternativa para alcançar o dobro de pessoas, pelo dobro de tempo, com menos burocracia e maior apoio para as famílias - tudo dentro de um orçamento factível.

A proposta que defendemos é apoiar por 6 meses, com um valor de R\$300 mensais per capita, todos os brasileiros e brasileiras que têm renda familiar inferior a 3 salários mínimos - ou seja, as 77 milhões de pessoas mais pobres do Brasil, incluindo crianças e idosos. Em uma família de 5 pessoas, isso significa uma renda de R\$1.500,00 no mês, suficiente para reduzir a necessidade de exposição aos riscos da pandemia e repor parte do que os trabalhadores vão perder com a crise.

Trecho Carta aos parlamentares - Renda Básica que Queremos

A proposta apresentada era um enquadramento para a renda básica emergencial, pensada segundo princípios de renda mínima, entendendo diversas concepções de família e a heterogeneidade dos lares no país, em especial em regiões mais vulneráveis como periferias. A nota técnica anexa à carta e disponível no site da ação, detalha a ideia da renda per capita de R\$ 300,00, com base no cadastro único (CadÚnico) e validação pelos Conselhos Regionais de Assistência Social - CRAS, via adequação da lei do Bolsa Família.

Além de parlamentares, a campanha foi compartilhada com outros movimentos, na mídia e com recursos diversos, infraestrutura das redes sociais e repertórios de ativismo digital ganhou espaço e adesões. O site da Renda Básica que Queremos¹⁷ aponta a rápida aceitação,

¹⁶ Carta foi encaminhada por e-mail a todas e todos parlamentares em março de 2020 e pode ser lida e baixada no link a seguir: <https://rendabasica.com.br/rbrb-biblioteca/renda-basica-emergencial-carta-aos-parlamentares/>

¹⁷ O site foi lançado no dia 20 de março de 2020. Acesso pelo endereço: <https://rendabasica.org.br/>

ampla adesão de outros movimentos e bons resultados com as técnicas adotadas.

Nós conseguimos uma forte mobilização em pouco tempo, aí na experiência do Nossas eles fizeram uma grande campanha de assinatura digital em favor da Renda Básica que Queremos, a gente teve uma grande mobilização nas redes, no Twitter, com pessoas famosas pedindo uma renda básica, e houve através de um grande planejamento que fizemos houve uma grande pressão.

Fala da entrevistada MS-1

Teve um movimento coordenado de disparo de comunicação entre todas essas organizações, com materiais previamente definidos, horários definidos e hashtags pré-definidas né, e isso deu muito certo. O fato é que a gente soltou o nosso manifesto, pediu para colher assinatura e em poucas horas chegou a 90 mil e em menos de poucos dias era mais de 600 mil assinaturas. Quando isso ganhou esse corpo, fomos percebidos pelo poder público.

Fala do entrevistado MS-3

Alessandra Orofino (2020) destaca que três dias depois a ação tinha mais de meio milhão de assinaturas e apoio de youtubers e artistas incluindo Bruno Gagliasso, Leandra Leal, Nilce Moretto do canal Coisa de Nerd e Bruno Sartori, como mostram as Figuras 8 e 9.

Figura 8 - Tweet de Bruno Sartori ironiza Bolsonaro chamando para campanha



Figura 9 - Tweet jornalista do UOL sobre reportagem com famosos apoiadores da ação



Fonte: Twitter pesquisa de hashtags #rendabásica #rendabásicajá e #vamospararBrasil

Naquele momento, com matérias na imprensa, apoio da sociedade civil e de movimentos sociais, faltava o apoio dos parlamentares à proposta da ação. Para isso, as redes de cada um dos movimentos, grupos e organizações envolvidas tinha um papel importante. A parlamentar 1 apontou que soube da campanha antes mesmo da carta, e que havia recebido de uma amiga do movimento feminista. O assessor AP-3 apontou que quando repassaram à parlamentar o material ela já conhecia e estava sendo pressionada no Twitter e por amigos a se posicionar. Segundo a parlamentar 2, as ligações vinham tanto de redes nacionais, como Coalizão Negra por Direitos, como grupos locais, como uma ONG LGBTQIA+ do DF. A fala é corroborada por informação coletada em entrevistas e pelo artigo O Levante.

... esses grupos todos, tanto os cinco como os ampliados 200 e tanto tinham relações dentro do Congresso. A gente começou a fazer um trabalho de incidência respaldado

por esse movimento online muito forte. Aí foi de tudo, reuniões com os presidentes do Senado, com o Rodrigo Maia também. Inclusive, o Rodrigo Maia definiu um grupo de referência para tratar do assunto com a gente... um grupo de deputados (as), a pedido do Maia, sempre articulado conosco... ele tinha muita informação, ele conseguia definir processos e ritos que nos ajudavam a antecipar decisões e problemas, como esse da dupla cota (para mães solo)... O grande mérito é definir o rito e compartilhar com as organizações e deputados (as) de referência.

Fala entrevistado MS-3

Eu acho que tinham outras incidências acontecendo e essa é a importância de tantas organizações comporem essa rede pela renda básica é porque de fato cada uma dessas organizações se conectava com uma pessoa com possibilidade de incidência e a ideia é que isso fosse se potencializando como de fato ocorreu.

Fala entrevistada MS-4

Douglas Belchior, da Coalizão Negra por Direitos, pediu ao deputado Orlando Silva (PCdoB/SP) que fizesse uma reunião conosco, convidando também a deputada Tábata Amaral (PDT/SP à época) e os deputados Felipe Rigoni (PSB/ES à época), Mauro Benevides Filho (PDT/CE) e Arnaldo Jardim (Cidadania/SP) que haviam formado um grupo para estudar propostas... deputados aproveitaram para tirar dúvidas sobre nossa proposta e prometeram olhar com carinho a nota técnica.

(Alessandra Orofino no artigo O Levante)

Em encontro com jornalistas em 23 de março, previsto na agenda oficial, e em mensagem no Twitter, Rodrigo Maia apontou a intenção de encontrar uma proposta melhor. O tema havia entrado na agenda de decisões com a participação da ação coletiva.

5.2 Tramitação e deliberação - Sem participação pública, sem comissões, mas com a voz dos movimentos sociais replicada

Tendo entrado na pauta de discussões da Casa e com avisos do presidente de que seria votado naquela semana, um ponto não estava ainda transparente. Qual matéria seria votada? Segundo o assessor AP-2 duas coisas eram importantes: o acordo de líderes, que previa proposta da oposição, e o risco de não se aprovar nada a depender do que viesse, pela necessidade de ampla aceitação para votar. A questão remete a força da base governista na votação de matérias.

Um outro ponto a ressaltar é que iniciava naquela semana o processo de deliberação remota. Pela Resolução da Câmara dos Deputados nº 14/2020¹⁸, que instituiu esse modelo de deliberação, as comissões estavam com reuniões suspensas e apenas líderes podiam entrar no plenário, dificultando negociações com vários assessores e movimentos envolvidos. E estava previsto ainda que matérias com apoio de líderes que representassem dois terços da Casa e em regime de urgência não poderiam ter requerimentos de retirada de pauta, adiamento de

¹⁸ Disponível no site da Câmara pelo sistema de busca e acessada em Ago/2022 pelo link:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/2020/resolucaodacamardosdeputados-14-17-marco-2020-789854-publicacaooriginal-160143-pl.html>

discussão ou votação, parcelamento dessa votação ou discussão, requerimentos de destaque simples ou verificação de quórum na votação simbólica. As alterações exigiam que das emendas até os pareceres tudo envolveria ainda mais negociação.

Naquele momento já havia um projeto apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues, e tinha um acordo para a oposição apresentar algo na Câmara. Mas o presidente Rodrigo Maia optou pelo Projeto de Lei 9.236 de 2017 (PL 9236/17), de autoria do deputado Eduardo Barbosa do PSDB/MG, inicialmente apresentado para estabelecer um valor mínimo ao Benefício da Prestação Continuada - BPC. Era uma matéria com apoio da oposição, tinha a ver com um veto derrubado na semana anterior e o governo era contra. Aqui cabe apontar a importância do papel do presidente na Casa na definição da matéria a ser deliberada e porque a escolha de um projeto interfere na sua tramitação, bem como nos ajustes para ser votado. O presidente da Câmara e do Senado definem qual matéria será votada cada dia e mais ainda quais são os relatores dessas matérias. Assim, organizam o rito da aprovação de acordo com seus interesses políticos e de acordo com o que tem mais viabilidade pela sua visão de passar na Casa naquele momento. Assim, o papel do presidente não é apenas organizar a agenda, mas inclusive avaliar, aprovar e propor essa agenda.

A proposta de Rodrigo Maia incluía o auxílio emergencial de R\$ 500,00 para até dois adultos por família, e foi aceita por vários parlamentares. Essa foi a proposta que ele jogou nas redes sociais. Segundo o assessor AP-2, a estratégia é bem comum e faz parte do processo de negociação. A proposta era vista com ressalvas pelos movimentos sociais envolvidos na negociação porque ao mudar as regras dos princípios da renda básica as distorções poderiam gerar injustiças. No entanto, a escolha de Maia pelo projeto foi vista como uma solução legislativa emergencial.

A lei do auxílio emergencial é uma lei que tomou carona em algo que já tramitava no Congresso sobre o BPC... Era de autoria de um deputado, é o Eduardo Barbosa do PSDB de Minas Gerais, muito próximo do Anastasia e que é um cara que sempre foi compreendido como ponto de diálogo entre oposição e PSDB, um cara muito interessante, muito progressista... acho que é um ponto importante porque ali se precisou encontrar uma solução legislativa.

Fala do entrevistado MS-3

...nossas fontes nos informavam que o projeto em torno do qual se formava um consenso era o de autoria do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG)... melhor do que a proposta de Paulo Guedes, mas tinha sérios problemas. O maior era a limitação do benefício, àquela altura em 500 reais, aos adultos da família – com um limite de dois adultos por família. Nossa proposta tinha um valor menor, 300 reais, mas tinha a vantagem de abarcar todos os membros da família. Pelo projeto de Barbosa, um casal sem filhos poderia receber 1 mil reais mensais. Já uma mãe solo com três filhos, apenas 500. Pela nossa proposta, o casal receberia 600, e a mãe, 1.200.

Alessandra Orofino - artigo O Levante

“Quando a gente começa a brigar...com esse recorte da mãe solo, porque essas mulheres são as provedoras e trazendo o recorte racial para a conversa, ... porque a classe existe... mas **interseccionalmente** não tem como a gente pensar só classe, a gente precisa colocar na conta raça e gênero e participar dessa construção com dados, com relatos, porque é importante a vida real estar ali presente (no debate).

Fala entrevistada MS-4 (grifo nosso)

O debate destacava a injustiça com as mulheres chefes de famílias monoparentais e passava a gerar maior envolvimento das feministas. Segundo o assessor AP-1, os movimentos feministas do país ligaram e foram nos escritórios regionais das parlamentares da bancada. No dia 25 de março, quase como uma resposta à proposta de votar o projeto de Barbosa, foi apresentado o projeto da oposição que trazia quase integralmente as ideias da campanha¹⁹. Renda individual a cada integrante da família no valor de R\$ 300,00 limitado a até cinco pessoas, que daria R\$ 1.500,00 no valor máximo, o cadastro único e as diferenças entre famílias.

A oposição, unificada, apresenta um projeto de entendimento às famílias pobres, incluindo aí microempreendedor, desempregados, intermitentes e autônomos. É uma proposta para as pessoas que serão mais atingidas, porque nem numa crise da saúde existe a igualdade entre as pessoas

Dep. Marcelo Freixo (PSOL/RJ naquele momento) - Agência Câmara de Notícias

Apesar da proposta, os líderes da oposição não acreditavam que ela fosse pautada e enquanto tentavam angariar apoio, lutavam pelo adiamento de votação da matéria proposta por Maia, evocando o acordo da semana anterior. Pouco antes de 20h se iniciou a sessão deliberativa na Câmara, em menos de cinco minutos foi aprovada a urgência para votação do PL 9236/17. É importante destacar que no momento de votação da urgência, o presidente Rodrigo Maia parou a leitura para responder alguém de que se tratava apenas da urgência e que a matéria seria a última da pauta. Apesar das notas taquigráficas não indicarem com quem o presidente falou, em conversas com as parlamentares foi confirmado se tratar da deputada Fernanda Melchionna que solicitou respeito ao acordo. Restava à oposição e aos movimentos sociais lutar para ajustar e propor emendas ao PL 9236/17, como reforça Alessandra Orofino.

A lei foi ficando uma anomalia praticamente, porque vai disputando perfil de pessoas beneficiadas, quem não vai ser, o governo lutando para diminuir o número, critérios das pessoas que iam receber. Então começou uma disputa... quem entra, quem sai, qual valor, qual o tamanho do programa, como paga esse programa e aí nós tivemos uma reunião com o PSOL... nós conversamos com todas as bancadas que abriram essa possibilidade... fizemos uma fala sobre a diferenciação das mães solo porque elas demorariam mais a retornar, inclusive. Porque as escolas não estavam funcionando, porque tinha que ter um nível de proteção maior para a questão de gênero e ali tivemos a ideia de disputar o valor dobrado...

Fala entrevistada MS-1

¹⁹ O projeto da oposição foi apresentado em coletiva de imprensa no dia 25 de março. Agência Câmara: <https://www.camara.leg.br/noticias/648307-lideres-da-oposicao-propoem-renda-basica-emergencial-durante-a-pandemia/>

A sessão do dia 25 de março se encerrou sem o projeto ser votado, e apontando acordos e definições. Orofino (2020) destaca o alívio dos movimentos pelo projeto não ter sido votado no dia. “Tínhamos ganhado mais um dia” afirmou no seu artigo. Havia acordo para aumentar o valor e grupo a receber, o benefício ser por adultos e a existência de um teto de benefícios por família. Os pontos que não havia acordo ainda era o valor do benefício e o pagamento em dobro para mulheres chefes de famílias monoparentais. Segundo assessores entrevistados, senadoras e deputadas foram chamadas para conseguir conquistar os apoios necessários à proposta. Segundo as notas taquigráficas do Senado Federal, a senadora Kátia Abreu, que também ajudou com o Governo, na votação no Senado, falou do chamado do presidente Rodrigo Maia. O assessor AP-3 confirma que a senadora também foi acionada por deputadas. E a deputada 2 apontou que a governista Flávia Arruda atuou nas negociações com o governo e a liderança governista na Câmara. Parte importante da bancada feminina se juntava pelo auxílio em dobro para as mães solo, reforçando a importância da representação feminina no Congresso.

...o projeto que nós estamos começando a discutir aqui e vai ser objeto de pauta amanhã vai ser muito importante para a proteção do povo brasileiro. Vai garantir a renda para que essa pessoa tenha condições de se alimentar e de alimentar sua família e não precise se expor ao vírus

Dep. Gleisi Hoffman (PT/PR) - notas taquigráficas 25/03/2020

Quero lembrar - e agradecer - o Presidente da Câmara, o Deputado Rodrigo Maia, que teve a gentileza de falar comigo a respeito... da chefe de família poder receber R\$600 ou R\$1.200. E, de acordo com o pensamento dele, eu reiterei a importância, pois a despesa é a mesma tendo o marido em casa ou não: tem o aluguel, tem a água, tem a feira, tem o supermercado, remédio. Então, graças a Deus, a mulher que cria seus filhos sozinha chefe de casa vai poder receber R\$ 1.200.

Sen. Kátia Abreu (PP/TO) - notas taquigráficas 30/03/2020

...nós encerraremos a votação e continuaremos amanhã, às 15 horas. Acho que já há acordo quanto aos textos. Estamos só terminando de avaliar uma questão no projeto do BPC. É uma preocupação em relação à mãe chefe de família. A Câmara, ouvindo todos os Líderes, compreendeu que nós não podemos garantir para a família menos do que um salário mínimo. Então, seriam 500 reais mais 500 reais. É o que eu estou ouvindo da maioria. A nossa única dúvida é exatamente como fica a mãe chefe de família, porque, nas comunidades, também ela tem muitos filhos. Portanto, ou nós aumentamos o primeiro salário e garantimos um inteiro para o casal, ou nós garantimos para a mãe chefe de família o mesmo valor. Nós só temos que saber qual é o impacto disso. Não podemos deixar uma mãe chefe de família com uma renda tão distante da renda do casal. (Palmas)

Presidente Rodrigo Maia (DEM/RJ) - notas taquigráficas sessão 25/03/2020

O dia 26 de março de 2020 foi agitado nas mídias digitais das diversas redes. Junto a movimentos sociais, artistas, cientistas e youtubers, os grupos divulgaram mensagens, posts e vídeos para pressionar parlamentares, como mostram as Figuras 10 e 11.

Figura 10 - Postagem vereadora Laura Sito (PT de Porto Alegre)



Figura 11 - Post perfil Minha Sampa para pressionar parlamentares e citam no texto paulistas



Fonte: Instagram por pesquisa de hashtags #rendabásica #rendabásicajá e #vamospararoBrasil no dia da votação.

Enquanto as redes se agitavam para pressionar, os ajustes no texto eram encaminhados para a proposta final de emenda da deputada Fernanda Melchionna. A parlamentar 1 apontou que o impasse na redação ocorria em função dos custos dessa alteração, para conseguirem avançar com as demais bancadas, em especial a governista, e garantir o auxílio em dobro e não um valor pouco maior para as mães solo. Todos os assessores entrevistados confirmaram que movimentos contataram parlamentares, inclusive em reunião remota com senadores.

Fizemos uma videochamada bem cedo no dia 26 de março. Tínhamos que nos preparar para uma audiência pública com senadores para discutir nossa proposta. Sabíamos que conquistar a simpatia do Senado seria essencial caso eles precisassem fazer modificações importantes no texto... nos restava a possibilidade de influenciar o parecer do deputado federal Marcelo Aro (PP-MG), o relator do projeto...

Alessandra Orofino - O Levante

Quando eles fecharam a proposta do auxílio, tinham muitos critérios de elegibilidade. Mesmo a oposição quando veio falar disso disseram: Nós conquistamos os R\$600,00, com a ajuda de você conseguimos um programa até melhor. Muito obrigada por terem ajudado a oposição. Pedi a palavra e falei: oh vocês não nos coloquem nisso. O que vocês conseguiram foi um programa que vai pagar R\$600,00 para uma mãe negra com três crianças e R\$1.200 para um casal branco sem filhos. Então nós não nos responsabilizaremos por isso... ou vocês pagam o dobro para essa mulher ou vocês não nos coloquem como participantes... a Fernanda Melchionna falou então vamos trocar isso e vamos dobrar para mulheres chefes de família... aí então eu redigi a emenda e a Fernanda Melchionna apresentou para ser uma conquista da oposição. É um exemplo de como a gente colocou mesmo a mão na formulação da lei.

Fala do entrevistado MS-3

... a gente acabou cedendo nessa questão (da renda individual para ser por adultos da família) exatamente porque a gente conseguiu a diferenciação para mães solo.

Fala da entrevistada MS-1

Vamos ter coragem! ...Por que temos que ouvir Paulo Guedes, com seus 500 reais, se podemos oferecer 1.000 reais para uma mãe de família... aumentemos o benefício para 1 salário mínimo, porque esse valor é o mínimo que as pessoas podem receber para ter a dignidade... Esse benefício não pode durar só até 3 meses, ainda que haja a possibilidade de esse período ser estendido. O decreto de emergência vai até dezembro. Sejam coerentes com o decreto do Presidente. Então, coloquemos que o benefício vai até quando o decreto de emergência se esvaia. Agora, não dá para ser

3 meses e deixarmos na mão do Governo, que não teve sensibilidade até agora, a decisão sobre se vai ou não prorrogar o prazo...

Dep. Gleisi Hoffmann (PT/PR) notas taquigráficas 26/03/2020

Havia um problema de redação no texto muito grave, que poderia fazer com que uma mulher chefe de família com quatro filhos acabasse com uma renda de apenas 500 reais. A sessão foi suspensa ontem para podermos chegar a uma redação que garantisse às famílias monoparentais o valor dos dois benefícios... é um bom começo, mas ainda é insuficiente... elaboramos um destaque do PSOL que propõe uma renda básica de 1 mil reais... O importante movimento em favor da renda básica emergencial está construído com 150 entidades apoiadas por nós e cerca de 500 mil assinaturas... precisamos seguir lutando para ampliar esses recursos.

Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS) notas taquigráficas - 26/03/2020

Quanto à renda básica... o Presidente Bolsonaro, muito sensível a esses 25 milhões de brasileiros, que são os mais afetados e mais sofridos, e atento às reivindicações dos Líderes partidários desta Casa, decidiu **apoiar a medida de 600 reais**. Isso vai fazer com que as famílias que têm duas pessoas nessa condição tenham mais do que um salário mínimo. Serão 1.200 reais. E **agora, conforme propôs o Relator**, Deputado Marcelo Aro, que fez um excepcional trabalho, **as mães que são chefes de família, no caso de famílias uniparentais, terão acesso a um recurso maior** do que um salário mínimo... mais uma mostra de que, quando o Parlamento trabalha junto com o Executivo... conseguimos mudar o Brasil.

Dep. Vitor Hugo (PSL/GO) notas taquigráficas - 26/03/2020 (grifo nosso)

Sr. Presidente, só para esclarecer a todos sobre as ponderações que foram feitas, eu escutei atentamente todos os Deputados, todos os Líderes... a questão das mulheres acho que foi um grande ganho. Nós colocamos duas cotas para mulher, para a mãe que é arrimo de família, para aquela mulher que é chefe da casa ... todo esse trabalho é fruto de muito diálogo. É fruto inclusive de diálogo agora também com a Liderança do Governo... e eu também vi, da parte do Governo, nessas últimas horas, a vontade de realmente fazer um projeto que fosse ao encontro do anseio popular e das necessidades do nosso País... Em entendimento com o Líder do Governo, nós vamos aumentar o valor para 600 reais por pessoa, então podendo chegar a 1,2 mil reais por família... Então, são essas as retificações que eu estou fazendo no meu relatório.

Dep. Marcelo Aro - arquivo parecer reformulado

Durante a discussão, foram apresentadas 19 emendas... As emendas números 5, 7, 10, 15 e 19... O acordo celebrado entre os líderes já contempla a essência do que foi possível avançar... as emendas 5, 7, 10, 15 e 19 estão prejudicadas pois já foram contempladas no substitutivo. As emendas 8, 9, 14 e 18... solicito a compreensão dos nobres pares para manter o texto do substitutivo, com pequenas correções feitas na forma da subemenda substitutiva que apresento. Nela procedo à substituição do termo "poderá" no caput do art. 22 do substitutivo pelo termo "será", que certamente melhor denota a vontade deste Parlamento de determinar esse pagamento, não estando na esfera de discricionariedade do Poder Executivo conceder ou não... E ainda incorporo o pleito relativo à família monoparental, chefiada por mulher, manifestado por vários parlamentares aqui, para prever que a mulher provedora de família monoparental receberá duas cotas do auxílio...

Dep. Marcelo Aro apresentação da subemenda substitutiva

O que se observa nas falas e documentos é que apesar de o discurso do relator apontar os R\$ 600,00 como o último ponto negociado, as entrevistas, a subemenda substitutiva e o discurso do líder do governo apontam o auxílio em dobro para mães solo. Outro ponto

importante a destacar da fala do líder do governo é sobre o valor de R\$ 600,00 que ele não aponta como ideia do presidente, mas como apoio do presidente ao valor, e reforça entrevista que destaca que esse valor não nasceu do nada. A ideia de no mínimo R\$ 300,00 por pessoa tinha o objetivo de garantir ao menos uma cesta básica por família de duas pessoas ou mais, tendo por base a cesta básica mais cara do país. Dados do DIEESE apontam que em fevereiro de 2020 a cesta básica mais cara era em São Paulo, R\$519,76. A informação corrobora a tese de que o mínimo para uma cesta básica seria R\$ 600,00. A oposição e os movimentos tentaram até o último instante R\$ 300,00 por pessoa ou equivalente. O que Rodrigo Maia reforçou ao afirmar “ao final, chegamos ao mesmo objetivo, que era garantir a cada família 1.200 reais.”

Nós começamos a fazer um estudo e dizíamos que o mínimo aceitável era R\$ 600,00 porque o valor da cesta básica em São Paulo, que era a mais cara naquele momento chegava a R\$ 577,00, então nós fazíamos uma conta média de que o valor do auxílio emergencial deveria garantir no mínimo uma cesta básica, que ele deveria garantir mais de um benefício em famílias que tivessem mais membros...

Fala entrevistada MS-1

A nota técnica já apontava um caminho desde o princípio com aspectos muito técnicos. Quando há vontade política, quem compra politicamente o assunto é bom já ter um argumento para defender... e assim, essa proposta ficou muito boa pela capacidade técnica da RBRB. Eles têm acadêmicos, gente que trabalha em mandatos e toda a expertise para colocar uma proposta boa no papel.

Fala entrevistado MS-2

Conversas com as duas parlamentares e os assessores AP-1 e AP-2 confirmaram que o acordo para a oposição propor a renda emergencial virou o acordo para a emenda. Ainda no dia 25 de março a negociação se iniciou. A parlamentar 1 apontou que a sinalização do presidente no plenário dia 25 era o que faltava para conseguir a costura necessária e destacou a longa negociação, o que é confirmado nos registros das notas taquigráficas.

Também sobre a questão das mulheres, acho que houve um grande ganho... ela tem direito a duas cotas... como eu disse aqui inicialmente, esse texto é fruto de muito diálogo, de muito trabalho. Ontem, nós ficamos até 4 horas da manhã conversando com os Líderes, conversando com os Deputados... todo esse trabalho é fruto de muito diálogo.

Dep. Marcelo Aro (PP/MG) - notas taquigráficas 26/03/2020

Ao todo foram apresentadas 22 emendas na Câmara dos Deputados dentre as quais a Emenda de Plenário 1 de 2020 (EMP-1/2020) de autoria da deputada e líder do PSOL, Fernanda Melchionna (PSOL/RS), com a proposição de um auxílio de R\$ 1.000,00 por família, beneficiários definidos pelo CadUnico e o auxílio em dobro para mulheres.

Apesar da emenda da deputada Fernanda (EMP 1/2020) ter sido protocolada no dia 25/03, sabe-se - como apontaram as entrevistas, notas taquigráficas e documentos analisados - que ela foi ajustada até pouco antes da votação para contemplar as negociações ocorridas até o

momento final ainda que não seja possível confirmar isso na tramitação da matéria. A análise das outras 21 emendas mostra pontos interessantes. Nenhuma outra emenda de parlamentar governista ou de outro partido que não oposição trouxe proposta de auxílio emergencial, reforçando que o acordo foi cumprido com oposição apresentando a proposta. Além da EMP 1/2020, foi apresentada a EMP 22/2020 pelo PT com proposta de substitutivo integral ao texto e trazendo a ideia de renda básica emergencial do projeto de lei protocolado pela oposição. Como algumas pessoas entrevistadas apontaram dificuldades no PT aceitar uma emenda ao projeto de Eduardo Barbosa e uma disputa para que um projeto da oposição fosse pautado, o que se observa é que a emenda 22 tinha papel de marcar território.

Outro fator na análise de tramitação de projetos de lei é a relatoria da matéria. Na Câmara dos Deputados, a escolha foi pelo deputado Marcelo Aro do PP/MG. O deputado é jornalista e integrou movimentos sociais conservadores e de direita, tendo sido integrante do Vem Pra Rua. Elegeu-se em 2018 no grupo da chamada “nova política”. No momento dos debates do Auxílio Emergencial, seu partido votava frequentemente com o governo apesar de ainda não serem da base governista, o que logo se concretizou. No Senado a opção também foi por um senador da chamada “nova política”. Apesar de não ser governista, Alessandro Vieira (Cidadania/SE), sempre se posicionou como independente e votou favoravelmente ao governo, em especial nas pautas econômicas.

Os assessores AP-2 e AP-4 informaram que a escolha dos relatores queria reforçar a imparcialidade do parlamento e a ideia de que transferência de renda - tradicionalmente ligada à esquerda - em situações emergenciais também deveria ser vista como “nova política”. E assim como na aprovação do decreto de calamidade, os debates na Câmara e a elaboração do relatório já contaram com a participação do senador Alessandro Vieira, permitindo agilizar os debates.

As informações apresentadas pelas notas e apontadas em algumas entrevistas sobre o envolvimento direto do deputado Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados foi confirmada pelas entrevistas com representantes dos movimentos sociais, com assessores e parlamentares. A parlamentar 1 acredita que esse apoio tem relação com a pressão que ele sofria do governo. A ação coletiva garantiu o apoio que facilitou as negociações e a costura com o presidente Rodrigo Maia e agilizou e favoreceu a conquista de apoios importantes, inclusive de parlamentares da base governista.

A campanha Renda Básica que Queremos, e em especial os movimentos feministas e de mulheres, haviam conseguido uma vitória. A renda básica emergencial avançava com o auxílio em dobro para mulheres chefes de famílias monoparentais, corrigindo a principal

distorção no que foi apresentado na Câmara. A pressão da opinião pública continuou para a aprovação no Senado, que ocorreu no dia 30 de março de 2020. A negociação se concentrou na Câmara, o mais importante no Senado era evitar que a matéria voltasse à Câmara.

Com 33 emendas, segundo dados da tramitação no Senado, o parecer apontou a urgência na aprovação como razão para rejeitar emendas. O relator fez ajustes de redação que garantiram renda emergencial a um contingente maior de pessoas com negociação dos movimentos sociais, apesar de entrevistados apontarem que não houve interferência deles no Senado, ainda que considerassem necessários ajustes para melhorar a proposta, queriam evitar o retorno à Câmara e foi essa a articulação. Os assessores AP-3 e AP-4 relataram contatos do movimento feminista e negro para ajuste incluindo trabalhadores intermitentes, que apesar de contratos vigentes não estavam trabalhando e nem recebendo. Mas o grande embate foi na Câmara dos Deputados.

As análises documentais e as entrevistas realizadas corroboram a tese de que a rede constituída para a ação coletiva por uma renda básica emergencial foi fundamental na conquista do auxílio em dobro para mães solo. A coalizão de movimentos sociais conseguiu pautar a agenda no Congresso, e apesar de não ter um grupo, rede ou movimento feminista ou de mulheres na coordenação da negociação muitos atores envolvidos na coordenação fazem parte desses movimentos ou possuem conexões com eles o que viabilizou atuar na construção da política pública e negociar com parlamentares incorporando a necessária perspectiva de gênero. Assim foi garantida a aprovação do auxílio emergencial e o pagamento em dobro para as mulheres chefes de família monoparentais.

6 MOVIMENTOS SOCIAIS E ATUAÇÃO EM REDES: A IMPORTÂNCIA DESSE MODELO NO DEBATE LEGISLATIVO CONTRA A FOME NA PANDEMIA

A solidão da maternidade solo não vem do estado civil: é uma solidão que nos impõe a responsabilização (ou quase toda) pela criação de um ser humano... A pandemia trouxe o constante medo de morrer. E quando você é a única responsável pela vida de uma criança, morrer é deixá-la sem afeto, sem os cuidados necessários... essa carga já é muito pesada.

Mãe solo que não quis ser identificada ao Estadão²⁰

Um dos debates que tem sido significativo sobre movimentos sociais é a importância das redes na consolidação e atuação desses movimentos. Diani e Bison estabelecem seis diferentes tipos de processos em rede: movimentos sociais se constituem em fortes identidades coletivas, densa interação dos envolvidos e orientados ao conflito; movimentos de consenso

²⁰ Depoimento faz parte da reportagem A solidão e os medos da maternidade solo na pandemia de maio de 2021, link: <https://emails.estadao.com.br/blogs/familia-plural/a-solidao-e-os-medos-da-maternidade-solo-na-pandemia/>

seriam grupos com forte identidade coletiva mas sem orientação ao conflito; coalizão conflituosa são grupos conectados atuando em um conflito pontual sem vínculo identitário de longo prazo; coalizão de consenso não possui fortes interações e se unem em um objetivo comum; organizacionais conflituosos a ação coletiva se desenvolve em uma organização; e organizacionais de consenso se constituem como organizações mas sem objetivo conflituoso (DIANI e BISON, 2010, pp. 223-228).

Nesta seção a ideia é compreender como essas redes informais na ação Renda Básica que Queremos se consolidaram e se estruturaram nos moldes propostos por Diani e Bison, mas que ao não demonstrarem vínculo identitário de longo prazo, não se constituiu como um movimento social estruturado mas como uma coalizão que permitiu a ação coletiva, garantiu o alcance do objetivo e se dissolveu após o resultado, ainda que possam ter junções futuras em novas contendas. E ainda o debate sobre como as múltiplas filiações nessas redes foram utilizadas como infraestrutura para a mobilização dos movimentos feministas e de mulheres.

6.1 As redes, os movimentos sociais e a coalizão Renda Básica que Queremos

Segundo o site da campanha²¹ “a Renda Básica que Queremos é organizada por uma coalizão de organizações e movimentos sociais que defendem uma distribuição de renda urgente e necessária para todo o povo brasileiro.” A escolha de palavras na sua definição não é ao acaso e segue um modelo bem alinhado ao que Diani e Bison (2010) propuseram. Possuem uma densidade de relações entre atores que os unem em uma ação conflituosa com o inimigo definido e o objetivo determinado. No entanto, apesar da identificação pela ideia de que a emergência exige atenção aos mais vulneráveis e da diversidade que esses vulneráveis incorporam, o grupo não possui uma identidade coletiva forte o suficiente para mantê-los unidos por muito mais do que a necessidade e emergência impostas pela Covid-19.

A campanha Renda Básica que Queremos ela encerrou, ela tinha um objetivo pontual que era a renda básica emergencial. Foi tomada uma decisão pelas organizações de encerrar e avaliar uma possibilidade de retomar.

Fala entrevistada MS-1

Diferentes estruturas de governança de coalizão funcionam bem para diferentes necessidades. Eu acho que a gente foi muito feliz no desenho que a gente fez para o objetivo inicial de aprovar a lei... cada um dos atores centrais iniciais tinha uma competência muito importante e nenhum outro dos centrais disputava isso... o desenho que a gente construiu funcionou muito bem para colocar o tema na pauta, fazer ele crescer e aprovar a lei. À medida que você aprova outros desafios começam a surgir e o grupo começou a divergir e a governança que a gente tinha não era adequada para aquela situação... Fundamentalmente a gente não conseguiu resolver esse aspecto do médio e longo prazo... a relevância da pauta e o tamanho

²¹ Site Renda Básica que Queremos acessado em 02/09/2022 pelo link: <https://rendabasica.org.br/>

transcendeu e muito a capacidade de articulação da coalizão por mais ampla e diversa que ela fosse... e a maior parte dos atores que estava ali não tinha esse tema como pauta central de atuação e não era razoável esperar que assumissem isso no longo prazo... naturalmente foi se dissipando a coalizão.

Fala entrevistado MS-2

A definição autodeterminada de Coalizão é bem adequada à definição do que a ação coletiva contempla. Ao mesmo tempo, o uso do termo urgente define um marco temporal e o prazo de existência dessa coalizão como unidade de ação coletiva pontual. Isso não significa que essa rede não possa se unir novamente no futuro, mas apenas que não possuem elementos comuns o suficiente para permanecerem unidos como um movimento social específico. A coalizão contou com um total de mais de 270 coletivos, organizações e redes, mostradas pelas Figuras 12 e 13. As redes informais estabelecidas entre estes coletivos, organizações e redes formais incluiu desde sindicatos, movimentos sociais diversos a organizações não-governamentais ambientalistas.

Figuras 12 e 13 – Quadros com quem assina a campanha Renda Básica que Queremos



Fonte: Site da ação Renda Básica que Queremos

Ao apontarmos para essa coalizão observamos a presença de outras redes, como a Rede Brasileira de Renda Básica, que atua na construção de soluções para uma renda básica de cidadania para todos no país ou a Redes Mães de Luta, que atua na preservação dos direitos humanos de pessoas privadas de liberdade e de suas famílias. Essas redes possuem uma identidade mais forte que as une independente de um contexto temporal pré-definido e que se mantêm unidas por identidades coletivas muito fortes. E por já estarem, em muitos casos, com estrutura formal estabelecida se diferenciam do que é apontado em Diani e Bison, mas não se

tornam menos redes por isso. A presença desses movimentos nessa rede em torno da campanha Renda Básica que Queremos contribuiu para que as múltiplas filiações possibilitassem contatos, articulações e interações com o parlamento. As análises e entrevistas demonstraram que as redes foram fundamentais para consolidar o papel dos movimentos feministas e de mulheres na ação coletiva a partir da importância dessas múltiplas filiações.

...dessas cinco, as organizações podiam até não ter algo em conjunto, mas... todas as pessoas responsáveis de cada organização se conheciam entre si. Eu e a pessoa da Coalizão Negra por Direitos trabalhamos juntos. Douglas Belchior que é uma figura pública da Coalizão é um companheiro com quem faço coisas junto há mais de 15 anos. A pessoa do Instituto Ethos eu conheci no mestrado. Moroni pelo Inesc é uma pessoa super conhecida e uma referência. A Tatiana Roque já tinha bastante relação com a Alessandra Orofino... então olhar só para as relações entre as organizações não vai ser suficiente. Tem uma coisa de rede, pessoal e individual que é determinante... Cada um tinha uma relação com algum parlamentar, por exemplo o Belchior com o Orlando Silva, o pessoal do Nossas com o Alessandro Molon então eles agendavam e pelo menos um de cada organização participava.

Fala entrevistado MS-3

A gente lançou com 50 assinaturas, mas depois de três dias já tinham 200 assinaturas institucionais. Então assim, tinha um diálogo muito orgânico com sindicatos, com times de parlamentares, coisa que se mistura porque você tem assessor de parlamentar do PT que é sindicalista, essas coisas acontecem né.

Fala entrevistado MS-2

Entre os movimentos, redes e organizações presentes na ação coletiva, movimentos e grupos feministas importantes como Articulação de Mulheres Brasileiras, Think Olga, Rede Feministas de Juristas e outras. Também grupos de Feministas Negras como Odara e Geledés. A ideia de grupos de feministas negras resgata o debate sobre interseccionalidade e a importância de considerar as diversas opressões vivenciadas pelas mulheres. A importância da interação e das múltiplas filiações que se fazem presentes em diversas redes é algo que tem contribuído de modo significativo tanto no debate sobre interseccionalidade no Brasil como no debate sobre a atuação de movimentos feministas em função das amplas possibilidades de redes e de fortalecimento de suas atuações em diversos espaços e frentes de debate, algo destacado por Zaremberg e Almeida (2021). Entre as redes e organizações na coordenação das atividades e negociações estava a Coalizão Negra por Direitos que é representante do movimento negro no país. Em seu programa de atuação²² a Coalizão Negra por Direitos afirma:

Nós, organizações, entidades, grupos e coletivos do movimento negro brasileiro, reafirmamos nosso legado de resistência, luta, produção de saberes e de vida. Historicamente, seguimos enfrentando o racismo, que estrutura esta sociedade e produz desigualdades que atingem principalmente nossas existências.

...

²² Presente em sua Carta Proposta que está na aba Sobre no site da Coalizão e pode ser lida pelo link: <https://coalizaonegrapordireitos.org.br/sobre/>

Compreendemos que as opressões sofridas por nossa gente se relacionam a um sistema global capitalista-neoliberal, supremacista branco e patriarcal.

(Coalizão Negra por Direitos - Nov/2019)

O que se observa é a definição e o conceito de interseccionalidade atuando como pauta e base estrutural de movimentos sociais de mulheres e de pessoas negras, em um contexto no qual a identidade coletiva da pessoa oprimida fortalece laços e constrói pontes para unir ações coletivas, enquadramentos, repertórios e atuarem como pontes que permitem ligações de identidades coletivas. As mulheres negras não são só mulheres ou só pessoas negras e essa é a essência de como a interseccionalidade opera quando a mulher preta e pobre é a maioria entre chefes de famílias monoparentais, entre as trabalhadoras informais ou em subempregos e a maioria quando se analisa o retrato da fome e dos impactos da pandemia no país.

6.2 As redes como infraestrutura da campanha

Também é importante analisar o papel das redes de movimentos sociais feministas ou de mulheres como infraestrutura da ação coletiva, nos moldes de Jasper (2016). Nesse sentido, o uso das diversas redes dos próprios movimentos feministas como canal para a replicação da mensagem torna-se infraestrutura assim como o aproveitamento das múltiplas filiações tanto para a adequação de linguagens, como para a construção e consolidação de pontes de interação entre atores como aponta Mische (1997).

As redes e as múltiplas filiações contribuíram na divulgação da ação coletiva, favorecendo o rápido crescimento da mobilização com a divulgação nos canais de diversos movimentos, ativistas e artistas. O fato de atores pertencerem a mais de uma rede, como academia, redes profissionais, parlamentos ou outros, facilitou a chegada da mensagem nos mais diferentes públicos. A sobreposição de redes e as múltiplas filiações implicaram na disseminação das mensagens, na adequação de linguagens e pontes para a interação entre atores.

6.2.1 Redes como infraestrutura para agilizar a disseminação das mensagens

As redes desses movimentos atuaram para ampliar a circulação de mensagens ao possibilitar que a comunicação chegasse de forma rápida apresentando a importância para as mulheres, em especial para as chefes de famílias, de uma renda básica emergencial na pandemia, com ações de comunicação tradicionais e ainda *lives*, tuitaços e outras, como apontam as Figuras 14, 15 e 16.

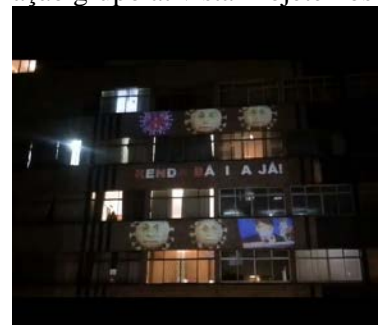
Figura 14 - Post do grupo Feministas anticapitalistas



Figura 15 - Post Inesc para divulgar a ação



Figura 16 - Perfil @bray_haw ação grupo ativista Projecemos



Fonte: Pesquisas no Instagram, Twitter e Facebook pelas hashtags #rendabásicajá e #vamospararoBrasil

A campanha estabeleceu hashtags para a ação coletiva: #vamospararoBrasil e #rendabásicajá. O compartilhamento da nota técnica disseminada pelos atores participantes da campanha possibilitou que a comunicação se estruturasse de forma rápida, integrada e com facilidade de replicação pelos atores, ao mesmo tempo em que possibilitou que mesmo adaptadas por cada movimento pudesse adaptar as mensagens a uma linguagem mais própria de suas necessidades.

6.2.2 Múltiplas filiações e a adaptação de linguagem

A necessidade de adaptar a linguagem, era uma realidade para a aprovação do auxílio em dobro para mulheres chefes de famílias monoparentais. Primeiro por ser uma situação decorrente de uma adaptação na proposta dos movimentos sociais. Como a proposta inicial previa pagamento individual e a proposta aprovada previa o pagamento por família foi preciso correr e adaptar essa proposta para a realidade das mães solo com o auxílio em dobro. E segundo porque era necessário apresentar as necessidades específicas dessas mulheres, como o fato de serem mais afetadas pela pandemia por estarem, por exemplo, mais sobrecarregadas pelo aumento do trabalho doméstico. Essa necessidade de olhar para a vida real dessas mães solo é destacada por uma das entrevistadas que na época da ação era ativista de movimentos de mulheres negras e mulheres vítimas de violência do Estado. Ou seja, um exemplo dessa múltipla filiação atuando na adequação da linguagem, nesse caso mostrando a realidade de mulheres negras e vulnerabilizadas.

... porque é importante a vida real está ali presente, então o tempo todo a gente estava tentando alimentar essa luta com relatos de mulheres, de vida real, sobretudo de pessoas mais vulnerabilizadas... mas que a gente não perdesse de vista que tinha uma responsabilidade pública ali.

Fala entrevistada MS-4

As múltiplas filiações de mulheres acadêmicas como parte da equipe técnica e ainda como parte dos diversos grupos que coordenavam a ação. O site da Rede Brasileira de Renda

Básica aponta que contam com professores e pesquisadores da área de distribuição de renda e assistência social. Uma das entrevistadas do grupo coordenador da campanha aponta que pesquisa o assunto desde os 16 anos e destacou sua experiência na análise dos impactos de uma renda e da ausência dela para os mais vulneráveis, como no caso de famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

Eu, historicamente, eu trato sobre renda desde os 16 anos quando comecei a estudar Serviço Social e comecei a me apropriar das discussões do Suplicy aqui, com os livros, a questão da Lei da Renda Básica²³ e a partir de então sempre me associei a experiências e movimentos que discutiam política transferência de renda, ampliação do Bolsa-família, a questão das condicionalidades.

Fala entrevistada MS-1

O conhecimento acadêmico agregado à proposta a tornou mais próxima do que seria o projeto ideal para ser aprovado, acelerando negociações e a formatação de ideias. Esse conhecimento se alinhou às linguagens e à articulação dos movimentos feministas, possibilitando o ajuste necessário no momento em que a proposta inicial deixou de ser renda per capita para se tornar familiar. Com isso o grupo conseguiu rapidamente apresentar uma proposta de auxílio em dobro para as mães solo apontando a necessidade dessas famílias. O uso de termos como mães solo colaborou na negociação, resgatando dados da desigualdade que eles carregam, como mostram as Figuras 15 e 16.

... a gente conseguiu fazer com que pela primeira vez na história a gente tivesse uma visibilidade tão grande para esse critério, para essa composição familiar que é tão grande no Brasil.

Fala entrevistada MS-1

Figura 17 - Matéria do site da Revista Crescer usa o termo mães solo



Figura 18 - Matéria da Folha de São Paulo usa mães responsáveis pelo sustento da família

Câmara aprova ajuda de R\$ 600 para informais por três meses

Mães responsáveis pelo sustento da família terão R\$ 1.200; texto vai ao Senado



Fontes: site da Revista Crescer e Arquivo Folha de São Paulo

²³ A entrevistada cita a Lei 10.835/2004 que aprovou a criação da renda básica de cidadania no Brasil, e ainda não foi regulamentada. Link para lei: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.835.htm

6.2.3 Múltiplas filiações e as pontes de interação com outros atores

As múltiplas filiações apontam como algumas pessoas podem atuar como pontes nos moldes propostos por Mische (1997). As mensagens amplamente divulgadas nas redes fizeram com que pessoas de diversos grupos e formadores de opinião circulassem a comunicação da ação coletiva, fazendo chegar mais rápido às(aos) parlamentares. As duas parlamentares entrevistadas afirmaram já ter tido relacionamentos anteriores com movimentos sociais. Em consulta às mídias sociais de outras parlamentares foi possível observar interação entre movimentos feministas e deputadas como Jandira Feghali - conhecida do movimento desde a relatoria da Lei Maria da Penha, Maria do Rosário, Erika Kokay, Fernanda Melchionna, Áurea Carolina e outras.

Quase 300 organizações participando ativamente na incidência... a gente pensa nas conexões e a nossa conexão com a Áurea Carolina que é deputada por Minas também foi fundamental. Nossa contribuição foi justamente essa conexão. A Áurea é uma pessoa muito ligada aos movimentos em Minas, às redes feministas, às questões raciais... a gente conseguia transmitir esse grande movimento que se formou. Hoje eu vejo como essas conexões foram importantes na grande coalizão que se formou.

Fala entrevistada MS-4

Os assessores parlamentares entrevistados confirmaram contatos com as mais diversas redes e não apenas com as cinco organizações principais coordenadoras da ação coletiva. Alguns contatos foram feitos nos moldes indicados pela entrevistada de Minas Gerais sobre a atuação com a deputada Áurea Carolina, corroborando a ideia de como as diversas redes apoiadoras da ação contribuíram com a proposta. E mais ainda, de como redes de movimentos negros, feministas e de feministas negras se fizeram presentes junto à algumas deputadas e senadoras. As parlamentares entrevistadas confirmam ter recebido contatos de apoiadores e movimentos de outros projetos e que não eram da coordenação principal, mas eram de movimentos feministas ou negros como integrantes da AMB, Rede Mães de Luta, Odara, Think Olga e da Sempreviva Organização Feminista.

Como parte das ações com parlamentares, esses movimentos fizeram uso da política de proximidade e da participação institucionalizada, construindo mecanismos para superar a falta de audiências públicas tradicionais, como audiências por mecanismos de reunião online solicitadas e organizadas a partir do uso dessas pessoas que atuam como ponte das múltiplas filiações, com o uso de ferramentas tecnológicas e de comunicações – como reuniões virtuais e uso de ferramentas de mensagens instantâneas no celular.

Nesse sentido, tanto as mensagens feministas como a agenda interseccional destacam a importância dos movimentos feministas, feministas negras ou de mulheres terem se engajado

na coalizão. Nesse sentido também é importante apontar que tanto na análise documental como nas entrevistas observadas foi possível entender a importância do conceito de interseccionalidade e da ação coletiva ter se estabelecido sobre bases que incorporam esse conceito compreendendo as múltiplas formas de opressão a que mulheres estão submetidas, em especial aquelas que fazem parte do grupo das chefes de famílias monoparentais, em sua maioria mulheres negras, pobres e de áreas periféricas.

Nesse sentido os movimentos feministas ou de mulheres integrados tanto como parte da Coalizão Negra por Direitos como também em outros grupos integrantes da rede envolvida na campanha Renda Básica que Queremos, seguindo tanto as ideias das múltiplas filiações como da interseccionalidade, que obriga a mulher a estar em várias lutas ao mesmo tempo, permitiu que elas se fizessem presentes mesmo que não tivesse um grupo feminista ou de mulheres liderando as negociações. Por estarem em diversos contextos, em diversos grupos e integrarem diversas redes, os movimentos feministas e de mulheres se fizeram presentes.

A identidade coletiva de movimentos feministas e de mulheres leva à ação coletiva o olhar para as mães solo. A interação com demais movimentos, com a oposição conservadora e as pontes construídas com demais atores, incluindo as parlamentares que entendem essas mulheres, possibilita que essa rede atue na construção da política do auxílio em dobro para as mulheres chefes de famílias monoparentais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa o peso das desigualdades para as mulheres chefes de famílias monoparentais se mostrou um fator que torna essas mulheres e suas famílias mais vulneráveis não apenas ao vírus, mas à fome, ao medo e ao desgaste social. A ideia de um auxílio emergencial para garantir a renda de pessoas vulneráveis na crise da Covid-19 tinha a obrigatoriedade de olhar de modo diferenciado essas mulheres.

Essa obrigatoriedade parte de dois pressupostos da literatura: a ideia de que a responsabilização das mulheres pelo cuidado é condicionada pela dualidade entre a família como espaço de poder e dominação e a ausência de um suporte do estado e da sociedade que sustente esse cuidar (BIROLI 2018). E por outro lado a interseccionalidade que aponta como as mulheres vivenciam a opressão em múltiplas esferas que englobam não apenas o impacto do gênero, mas da classe e da raça também. Mulheres são vítimas de opressão, mulheres pobres mais ainda, mulheres negras mais ainda e mulheres negras e pobres sofrem um contexto opressivo ainda maior (HIRATA, 2014) e são a maioria das chefes de famílias monoparentais,

segundo o relatório Arranjos Familiares no Brasil²⁴. Nesse sentido a pandemia torna essas mulheres chefes de família especialmente vulneráveis.

Junto a isso, o impacto da pandemia com o fechamento de escolas e creches, a redução na circulação de pessoas e o aumento do trabalho doméstico, tornou mais pesada a realidade delas, mobilizando grupos e levando movimentos feministas a algumas ações emergenciais diferentes da atuação de combate à violência e de direitos sexuais e reprodutivos que tem sido a agenda desses movimentos no contexto conservador atual, como aponta pronunciamento oficial da AMB em relação ao 8 de março de 2020²⁵.

Entre as ações para os mais vulneráveis na pandemia a campanha Renda Básica que Queremos buscou soluções para garantir renda à populações vulneráveis utilizando-se de repertórios de interação Estado-Sociedade (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA), repertórios próprios do contexto da pandemia adaptando estratégias tradicionais (ABERS e VON BÜLOW, 2020; VON BÜLOW, 2020) e ainda de mecanismos de campanha para dar visibilidade às necessidades e as soluções frente ao contexto (CARLOS, DOWBOR e ALBUQUERQUE, 2021) e aos problemas impostos pela pandemia e a solução por meio de uma renda básica emergencial que garantisse segurança a essas pessoas vulnerabilizadas. A partir da mobilização de uma extensa rede de atores na defesa dos direitos das mães solo, a aprovação de uma renda emergencial incluiu pagamento em dobro para elas, ampliando o alcance de movimentos feministas e de mulheres. As redes desses movimentos, como AMB, Think Olga, Sempre Viva Organização Feminista, Articulação Brasileira de Lésbicas e outras se fizeram presentes nos debates mesmo sem terem organizado a campanha. A participação das integrantes desses movimentos foi possível porque estavam presentes em múltiplas filiações e atuando como pontes em outras redes como Coalizão Negra por Direitos, Inesc, RBRB, Nossas ou porque fizeram a ponte a outros atores como parlamentares, assessores, mídia etc. Esta participação possibilitou que integrantes da coalizão pela renda básica incorporassem a perspectiva de gênero aos debates, reconhecendo a fragilidade da proposta que gerava mais desigualdade para mulheres, e viabilizando uma solução ao embate.

Essa ideia das redes na construção de pontes e na incorporação de perspectivas próprias da realidade das mulheres revela não apenas a importância de se analisar alguns movimentos sociais a partir de uma perspectiva de rede nos moldes de Diani e Bison (2010), mas entender

²⁴ Relatório Arranjos familiares no Brasil - MMFDH, acessado em 23/08/2022: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/ArranjosFamiliares.pdf>

²⁵ Pronunciamento da AMB - “8 de Março de 2020 - Dia Internacional das Lutas Feministas” - acessível pelo link: <https://ambfeminista.org.br/memorias/8-de-marco-nota-da-amb-2020/>

que essas redes constroem suas ações enquanto juntam ideias, colaboram entre si e consolidam essas interações como o próprio contexto no qual essas redes atuam (ABERS, SILVA e TATAGIBA, 2018). Mais do que agregar atores, as redes atuam como infraestruturas que fortalecem os movimentos sociais (JASPER, 2016) e possibilitam que atuem e ganhem em representatividade e força na estratégia para o alcance de seus resultados. As organizações formais e estruturas dessas redes também atuaram como infraestrutura possibilitando a criação da campanha, dos meios de divulgação e da própria rede que favoreceu a adequação e a disseminação das mensagens sobre a importância do auxílio para as mulheres e em especial para as chefes de famílias monoparentais.

As entrevistas, as notícias, os posts e as análises documentais da tramitação do PL 9236/17 apontaram o importante papel da campanha pela aprovação de uma renda emergencial minimamente adequada e mais ainda de sua força para garantir o auxílio em dobro para mulheres chefes de famílias monoparentais destacando a força das redes de movimentos feministas para garantir que suas demandas cheguem aos agentes políticos e no parlamento (CARONE, 2018; ZAREMBERG e ALMEIDA, 2021). Mais do que levantar o problema, os movimentos e redes integrantes da coalizão conseguiram atuar junto aos atores políticos, à sociedade civil e à opinião pública tornando um problema em uma urgência que precisava de uma deliberação. E contribuíram e atuaram naquele que é considerado um dos principais papéis dos movimentos sociais que é a formação da agenda (CARONE, 2018).

E para além do impacto na formação da agenda, a contribuição da campanha e dos movimentos sociais feministas possibilitou ajustar e adequar a própria política pública, atuando na formulação desta e no próprio processo decisório da política, nos moldes do que apontam Carlos, Dowbor e Albuquerque (2021). Isso mesmo em meio a uma pandemia com resposta ineficiente do governo, o que não apenas gerava a urgência de protestar, mas que trazia a dificuldade de realizar esses protestos. Com o uso adequado de suas redes, montagem adequada de uma ação coletiva e planejamento de infraestrutura, a coalizão alcançou também a própria construção da política pública.

A própria emergência criada pela pandemia possibilitou que o assunto ganhasse destaque, fosse rapidamente absorvido como necessidade pelos parlamentares mesmo diante de uma realidade na qual o poder executivo e o presidente da República não contribuíam para fazer essa emergência percebida e mais do que isso tornaram o assunto um debate da oposição que ganhou ainda mais destaque na voz de parlamentares mulheres responsáveis não apenas por garantir a emenda que possibilitou o próprio auxílio emergencial como ainda conseguiram

ampliar o debate garantindo o auxílio em dobro para as mães solo ao incorporarem a visão e as demandas dos movimentos sociais na adequação da política pública na hora da aprovação desta. Algo que Carlos, Dowbor e Albuquerque (2021, p. 4) destacam como adaptação das estratégias dos movimentos sociais aos contextos e urgências.

Mais do que fazer o que se espera dos movimentos sociais, que é atuar na formação da agenda como aponta Carone (2018), a campanha Renda Básica que Queremos fez o que os movimentos esperam ser capazes de fazer, que é atuar diretamente e de modo mais amplo no ciclo da política pública (CARLOS, DOWBOR e ALBUQUERQUE, 2021). E apesar desse estudo não esgotar as diversas possibilidades de análises para essa ação, como os enquadramentos e repertórios utilizados em meio à pandemia, ou a identidade coletiva que se moldou em torno da ideia de uma renda básica no país, pode-se dizer que esta monografia cumpriu sua proposta de compreender melhor o papel das redes dos movimentos sociais em uma ação junto ao poder legislativo.

Nesse sentido, e em concordância com Carone (2018) observa-se que uma agenda de pesquisa sobre movimentos sociais, poder legislativo e políticas públicas é algo ainda com muito a ser estudado e que envolve não apenas entender um ou outro caso, mas as bases teóricas que sustentam essa agenda de pesquisa. No estudo de caso utilizado muito ainda há a explorar. Entre as possibilidades, podem ser feitos estudos da implementação, avaliação e replicação da política. Também temos espaço para futuras pesquisas que explorem outros aspectos do caso como os enquadramentos utilizados pelos movimentos, adaptação de enquadramentos e repertórios e outros estudos que podem aperfeiçoar a compreensão dos movimentos sociais e das ações coletivas no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca Neaera; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. *Revista Dados*, v. 57, n. 2, p. 325–357, 2014.

ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. *Lua Nova*, n. 105, p. 15–46, 2018

ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa, 2020. “A sociedade civil das periferias urbanas frente à pandemia (março-julho 2020)”, Relatório de Pesquisa 1 do Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia do Grupo de Pesquisa Resocie, Universidade de Brasília, Brasília, 30 de junho.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 76, pp. 49–86, 2009.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2018.

BIROLI, Flávia e QUINTELA, Débora Françolin. Mulheres e Direitos Humanos sob a ideologia da “defesa da família”. Em: *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. 2021. Belo Horizonte. Autêntica. pp. 343-358

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo*. Tradução Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CARLOS, Euzeneia, DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. “Efeito dos movimentos sociais no ciclo de políticas públicas”. *Cadernos CRH*, 2021, v. 34, pp. 1-23.

CARONE, Renata R. “Atuação do movimento feminista no legislativo federal: caso da Lei Maria da Penha”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 2018. n. 105. pp. 181–216

DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, p. 219–250, 2010.

DWECK, Esther. *A agenda neoliberal em marcha forçada*. Em: *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. 2021. Belo Horizonte. Autêntica. pp. 241-254

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais - paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, 2000, 2ª edição, Edições Loyola

HIRATA, Helena. “Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais”. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 26(1), pp. 61-73, 2014.

JASPER, James. *Protesto: Uma Introdução Aos Movimentos Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2016.

MISCHE, Ann. “De estudantes a cidadãos: Redes de jovens e participação política”. Em: Revista Brasileira de Educação, 5. 1997. pp. 134–150.

OLIVEIRA, Marília. “Movimentos sociais em interação com partidos políticos: a experiência do movimento ambientalista com o Partido dos Trabalhadores”. 2021. Revista Opinião Pública, v. 27, n. 2, p. 582-622.

OROFINO, Alessandra. Artigo “O LEVANTE: Como nasceu a inédita mobilização que, em questão de dias, forçou o governo a pagar uma renda básica aos mais pobres”. Revista O Piauí, maio de 2020. Disponível pelo link: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-levante/>

PERES, Paulo e CARVALHO, Ernani. Religando Arenas Institucionais: uma proposta de abordagens multidimensionais nos estudos legislativos.

PHILLIPS, Anne. “O que há de errado com a democracia liberal?”. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 6, 2011, pp. 339-363.

SCALON, Celi. *Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate*. Contemporânea, nº 1, 2011. pp. 49-68.

SILVA, Marcelo Kunrath; COTANDA, Fernando Coutinho; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Interpretação e ação coletiva: “Enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. Revista de Sociologia e Política, v. 25, n. 61, p. 143–164, 2017.

SOUZA, Celina; FONTANELLI, Flávio. Antídotos institucionais do federalismo brasileiro: a covid-19 mudou a dinâmica federativa? Em: Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política. 2021. Belo Horizonte. Autêntica. pp. 135-150

TARROW, Sidney. O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e confronto político. 2009[1998]: Petrópolis, Editora Vozes.

TATAGIBA, Luciana. Desdemocratização, ascensão da extrema direita e repertórios de ação coletiva. Em: Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política. 2021. Belo Horizonte. Autêntica. pp. 441-452

TAVARES, L’Hosana Céres de Miranda. As Aprendizagens de um Desfile de Moda Afro: Uma reflexão sobre o racismo no Brasil. 2021. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina. Disponível pelo link: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11479203

VIEIRA, Anne Karoline Rodrigues. “Atuação dos movimentos feministas durante a pandemia de Covid-19”, Relatório de Pesquisa 7 do Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia do Grupo de Pesquisa Resocie, Universidade de Brasília. 2022. Brasília. Link em: <http://repositoriomobilizacovid.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio/>

VON BÜLOW, Marisa. 2020 “Os Impactos da Pandemia no Ativismo Digital”, Relatório de Pesquisa # 02, Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia, Brasília, 2020, disponível em: <https://repositoriomobilizacovid.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do->

[repositorio/](#)

VON BÜLOW, Marisa; DIAS, Tayrine. 2019. “O Ativismo de Hashtags Contra e a Favor do Impeachment de Dilma Rousseff”. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 120, pp. 5-32.

ZAREMBERG, Gisela; ALMEIDA, Debora. “Blocking anti-choice conservatives: feminist institutional networks in Mexico and Brazil (2000–2018)”. International Feminist Journal of Politics. 2021, v. 23, n. 4, pp. 600–624

CONSELHO EDITORIAL DO IPEA. Políticas sociais: acompanhamento e análise, v. 28. 2021. – Brasília: Ipea, 2021. Acessado e baixado em agosto de 2022 pelo link <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10796>

CENTRO DE ESTUDOS DE CONJUNTURA E POLÍTICA ECONÔMICA - IE/UNICAMP - Nota do Cecon, n.9, março de 2020. “A Coronacrise: natureza, impactos e medidas de enfrentamento no Brasil e no mundo”. Disponível no link: https://www3.eco.unicamp.br/images/arquivos/nota_cecon_coronacrise_natureza_impactos_e_medidas_de_enfrentamento.pdf

Pesquisas utilizadas

Relatório Arranjos familiares no Brasil do Observatório Nacional da Família - Secretaria Nacional da Família do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, acessado em 23/08/2022 pelo link: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/ArranjosFamiliares.pdf>

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais - Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Acessada e baixada em agosto de 2022 e disponível pelo link: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101892>

Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN). Brasil, 2021. Acessada em 25/04/2021 pelo link: <https://olheparaafome.com.br/pesquisa2020/>

BAHIA, Lígia e PRONESTINO, Jéssica. Pesquisa Pandemia Desigual: impacto da Covid-19 por critérios socioeconômicos. Divulgada pela Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares, fevereiro de 2021 com dados de 2020, acessada em 24/08/2022 e disponível em: <https://medicospopulares.org/pandemia-desigual-impacto-da-covid-19-por-criterios-socioeconomicos/>

Retrato das desigualdades de gênero e raça. IPEA e ONU Mulheres. Acessado em 25/07/2022 e disponível pelo link: <https://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>

Beijing +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo. Organizadoras: Natália Fontoura, Marcela Rezende, Ana Carolina Querino. – Brasília: Ipea, 2020. Acessado em 25/04/2021 no link: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/201111_livro_beijing_20_book_web.pdf

Sites utilizados como base da pesquisa

Campanha Renda Básica que Queremos, acesso pelo link: <https://rendabasica.org.br/>

Site especial do Senado Federal com ações da Casa contra a COVID-19 acessível pelo link: <https://www.senado.leg.br/senado/hotsites/covid/>

Site especial da Câmara dos Deputados com ações da Casa contra a Covid-19, acesso pelo link: <https://www.camara.leg.br/temas/coronavirus>

Página de tramitação da matéria incluindo Câmara dos Deputados, Senado Federal e veto: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicamerais/-/ver/pl-9236-2017>

Articulação de Mulheres Brasileiras - <https://ambfeminista.org.br/>

Coalizão Negra por Direitos - <https://coalizaonegrapordireitos.org.br/>

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos - <https://www.inesc.org.br/>

Instituto Ethos - <https://www.ethos.org.br/>

Nossas - <https://www.nossas.org/>

Pacto pela Democracia - <https://www.pactopelademocracia.org.br/>

Rede Brasileira de Renda Básica - <https://rendabasica.com.br/>

Rede Mães de Luta - <https://www.facebook.com/maesdelutam/>

Think Olga - <https://thinkolga.com/>

Sempreviva Organização Feminista - <https://www.sof.org.br/>

Repositório Mobiliza Covid - <https://repositoriomobilizacovid.resocie.org/>

DIEESE para custo da cesta básica, acesso link: <https://www.dieese.org.br/cesta/produto>

Notícias utilizadas como base da pesquisa

Líderes anunciam acordo para votar pedido de calamidade com emendas. Agência Câmara de Notícias, 18 de março de 2020. Disponível no link:

<https://www.camara.leg.br/noticias/646444-lideres-anunciam-acordo-para-votar-pedido-de-calamidade-com-emendas/>

Líderes da oposição propõem renda básica emergencial durante a pandemia. Agência Câmara de Notícias, 25 de março de 2020. Disponível no link:

<https://www.camara.leg.br/noticias/648307-lideres-da-oposicao-propoem-renda-basica-emergencial-durante-a-pandemia/>

Senado deve votar na segunda pagamento de auxílio emergencial de R\$ 600. Agência Senado. 27/03/2020, acessada em 9 de junho de 2022 pelo link:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/27/senado-deve-votar-na-segunda-pagamento-de-auxilio-emergencial-de-r-600>

Organização Mundial de Saúde declara pandemia de coronavírus. Agência Brasil, 11 de março de 2020, acessada em 22/08/2022 pelo link:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-03/organizacao-mundial-da-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>

APÊNDICE A – Questionário das entrevistas semiestruturadas

- A. **Objetivo:** É necessário compreender como os movimentos sociais atuaram junto aos gabinetes das parlamentares para conseguirem aprovar o Auxílio Emergencial em dobro para mulheres chefes de famílias monoparentais.
- B. **Estratégia de entrevistas:** Entrevistas com equipes dos gabinetes - assessoras e assessores parlamentares de deputadas, senadoras, do autor do projeto aprovado e do relator na Câmara dos Deputados. E ainda entrevistas com grupos parte do movimento que idealizou e atuou na ação de campanha Renda Básica que Queremos

ASSESSORES PARLAMENTARES

- A. Quando começou sua atuação nesse mandato e como funciona sua atuação na agenda parlamentar e debates legislativos. Como você atuou nos debates para aprovação da primeira versão do auxílio emergencial?
- B. Como é feita essa negociação para aprovação de matérias e como foi esse debate em tão pouco tempo para aprovação do auxílio?
- C. Pelas notas taquigráficas o auxílio emergencial em dobro para mulheres chefes de famílias monoparentais era um dos pontos nos quais não havia consenso, como foram as discussões e negociações para essa aprovação e você lembra quem (movimento ou alguma parlamentar específica) propôs a ideia desse auxílio em dobro para elas?
- D. Como foi a interação com organizações e movimentos sociais. Vocês receberam manifestações sobre o projeto e o que precisaria ser aprovado, tiveram reuniões online ou presenciais com esses grupos para o debate da matéria e receberam dicas e informações para auxiliar nos debates no colégio de líderes? Essas organizações já tinham interação com a (o) parlamentar antes?
- E. Com quais gabinetes da bancada feminina - tanto da Câmara quanto do Senado - vocês interagiram nesse debate e conseguiram apoio de quem para passar o auxílio em dobro para as mulheres chefes de famílias monoparentais?
- F. Os grupos, movimentos e redes da sociedade civil que contataram vocês apresentaram os problemas relacionados à questão da renda das mulheres na pandemia e propostas específicas para o auxílio em dobro para mães solo?
- G. Sua parlamentar aumentou sua visibilidade com seu público durante esse debate, como foi isso?!

Objetivos do Bloco: Aprender a história das pessoas entrevistadas, suas experiências na aprovação do auxílio emergencial em dobro para mães solo e como entendem a relação entre movimentos sociais e parlamento.

PARA MOVIMENTOS SOCIAIS

BLOCO I: Trajetória pessoal e contexto de atuação no período da aprovação

- A. Você pode falar um pouco sobre como se envolveu na luta de movimentos sociais (mulheres e ou renda mínima)?

- B. Como você atuou no período de aprovação do primeiro auxílio emergencial na ação coletiva Renda Básica que Queremos (apenas concordou, compartilhou e divulgou, acionou suas redes)? Entrou em contato com assessorias de parlamentares, quais?
- C. A pandemia afetou a atuação dos movimentos sociais, como foi o período para vocês?
- D. Você lembra como surgiu a proposta de auxílio em dobro para mulheres chefes de família monoparentais?

Objetivos do Bloco 1: Aprender a história das pessoas entrevistadas, suas experiências no contexto da pandemia e na ação Renda Básica que Queremos.

BLOCO II A Rede de Atores e a importância da Identidade na formação e fortalecimento dessa rede

- A. Outras ações de colaboração anteriores com esses grupos foram realizadas antes dos debates sobre Auxílio Emergencial e auxílio em dobro para as mulheres?
- B. Essa rede atuou de algum modo em ações específicas para mulheres chefes de famílias monoparentais antes do início da ação, já tinham mobilizações com questões de gênero?
- C. Você acredita que essa rede de atores facilitou a compreensão do problema específico das mulheres chefes de famílias monoparentais e contribuiu para construir respostas a esses problemas específicos?
- D. O movimento social no qual você participa apresentou alguma proposta de auxílio em dobro para as mulheres? Se sim, como foi isso? Se não, como foi a recepção quando a ideia apareceu nos debates do Auxílio Emergencial?
- E. Quais são as parlamentares da bancada feminina com as quais o movimento do qual você faz parte interage mais? Essa interação contribuiu de algum modo para facilitar o debate sobre o auxílio em dobro para mulheres chefes de família monoparentais?

Objetivos do Bloco 2: Entender como a Rede entre os movimentos estudados se articulou na construção das ações para aprovar o auxílio em dobro.

Bloco III - Enquadramento do auxílio em dobro na pandemia e continuidade do debate

- A. O grupo conseguiu de que modo uma mobilização tão ampla e rápida na aprovação do auxílio emergencial, houve alguma mobilização interna e com os movimentos feministas para acelerar isso?
- B. Quais foram os problemas e soluções apontados na pandemia de Covid-19 para mulheres chefes de famílias monoparentais que o movimento do qual você faz parte levantou e apresentou? Como isso se deu (nota técnica, contato com a mídia, reportagens, entrevistas, vídeos, Twitter etc.)
- C. Ao longo da pandemia você observou algum aumento nos debates dos movimentos sociais de mulheres em torno da necessidade de uma perspectiva de gênero na construção de soluções aos problemas decorrentes da pandemia, como você enxerga isso e acredita que esse debate vai continuar?

Objetivos do Bloco 3: Compreender como os movimentos construíram e/ou incorporaram enquadramentos específicos no debate sobre o auxílio emergencial em dobro para mulheres e se isso é um resgate incorporado na ação e que pode continuar.

APÊNDICE B - Termo de consentimento para entrevistas

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada para a pesquisa do projeto intitulado “Enredadas contra a fome: as redes dos movimentos sociais na aprovação do auxílio emergencial em dobro para mulheres chefes de famílias monoparentais” desenvolvido por Mariana Miranda Tavares, e-mail: marianamt78@gmail.com, para monografia de fim de curso; e pela mesma Mariana e Gláucia Dias Maciel para a disciplina Movimentos sociais, Sistema político e Representação. Fui informada que a pesquisa é coordenada por Rebecca Neaera Abers, a quem poderei consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail abers@unb.br. E a disciplina, ministrada por Débora Rezende Almeida.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber incentivos financeiros e com a finalidade exclusiva de colaborar para a pesquisa. Fui informada dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é pesquisar sobre atuação dos movimentos sociais da ação coletiva Renda Básica que Queremos na aprovação do auxílio emergencial em dobro para mulheres chefes de família monoparentais. Minha colaboração se fará de forma anônima para a monografia, por meio de entrevista semiestruturada, gravada mediante esta autorização.

O acesso e a análise dos dados coletados se farão pelas pesquisadoras e/ou professoras orientadoras. Fui ainda informada de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Para a disciplina acima indicada, fui informada de que será realizado vídeo pelas alunas para apresentação em sala de aula e que minha participação pode ser anônima ou se eu autorizar identificada.

Atesto recebimento deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

30 de agosto de 2022

Nome completo entrevistada:

E-mail (para envio da pesquisa e vídeo final):

Cidade/UF:

Assinatura

**ANEXO A - Emenda de Plenário 1/2020 - Autoria Fernanda Melchionna
(PSOL/RS)**

**CÂMARA DOS DEPUTADOS
EMENDA DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI N.º 9.236/2017**

Altera o § 11 e acrescenta os §§ 12, 13, 14 e 15 ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais para caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

EMENDA N.º _____

Insira-se, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. 2º Fica instituído auxílio emergencial, no valor de R\$ 1000,00 (mil reais) mensais, destinado ao trabalhador que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

I - seja maior de dezoito anos de idade;

II - não tenha emprego formal;

III - não seja titular de benefício previdenciário ou assistencial, beneficiário do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, ressalvado, nos termos do § 3º, o bolsa-família;

IV - cuja renda mensal per capita seja de até meio salário mínimo ou a renda familiar mensal total seja de até três salários mínimos;

V - que, no ano de 2018, não tenha recebido rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos); e

VI - pertença a um dos seguintes grupos:

a) inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico);

b) beneficiário do Programa Bolsa Família;

c) microempreendedor individual (MEI); ou

d) contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social que contribua na forma do caput ou do inciso I do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 1º O auxílio emergencial será devido por três meses consecutivos.

§ 2º A verificação do enquadramento nos grupos a que se refere o inciso VI estará limitada à posição existente até 20 de março de 2020, exceto em relação à alínea “b”, para a qual será considerada a folha de abril de 2020.

§ 3º Fica limitado a dois membros da mesma família o recebimento cumulativo do auxílio emergencial de que trata este artigo e do bolsa família, admitida a substituição temporária do bolsa família pelo auxílio emergencial, se este for mais vantajoso, na forma disciplinada pelo

²⁶ Texto copiado do site em 02/09/2022 pelo link:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1870241&filename=EMP+1+%3D%3E+PL+9236/2017

Ministério da Cidadania.

§ 4º As condições de renda familiar mensal per capita e total, de que trata o caput, serão verificadas por meio do CadÚnico, para os trabalhadores inscritos, e por meio de auto declaração, para os não inscritos, por meio de plataforma digital.

§ 5º Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o trabalhador que prestar declarações falsas ou utilizar qualquer outro meio ilícito para indevidamente ingressar ou se manter como beneficiário do auxílio emergencial será obrigado a ressarcir os valores recebidos de forma indevida.

§ 6º São considerados empregados formais, para efeitos deste artigo, os empregados com contrato de trabalho formalizado nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e todos os agentes públicos, independentemente da relação jurídica, inclusive os ocupantes de cargo ou função temporários, de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração ou titulares de mandato eletivo.

§ 7º O auxílio emergencial será operacionalizado e pago por instituições financeiras públicas federais.

§ 8º Os órgãos federais disponibilizarão as informações necessárias à verificação dos requisitos para concessão do auxílio emergencial, constantes das bases de dados de que sejam detentores.

§ 9º O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias destinadas ao Ministério da Cidadania para pagamento do auxílio emergencial.

§ 10. O Poder Executivo regulamentará o auxílio emergencial de que trata este artigo, inclusive no que se refere à renda familiar e a operacionalização e pagamento pelas instituições financeiras públicas federais.

§ 11. No caso de família com arranjo monoparental feminino, o benefício será pago em dobro.”

Sala das sessões, em de 2020